



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Nuno David de Amorim Alves

**Do Politicamente Correto à Cultura de
Cancelamento (2000-2022): um
desafio às democracias liberais**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Ciência Política

Trabalho efetuado sob a orientação de

Prof^a Doutora Ana Patrícia Costa

Fernandes

Prof^a Doutora Ana Paula Lima Pinto de

Oliveira Brandão

Julho de 2022

Declaração

Nome: Nuno David de Amorim Alves

Endereço Eletrónico: nunodaalves98@gmail.com

Título da Dissertação: Do Politicamente Correto à Cultura de Cancelamento (2000-2022): um desafio às democracias liberais

Orientadora: Professora Doutora Ana Patrícia Costa Fernandes e Professora Doutora Ana Paula Lima Pinto de Oliveira Brandão

Ano de Conclusão: 2022

Designação do Mestrado: Mestrado em Ciência Política

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer às minhas orientadoras, a Prof^a Doutora Patrícia Fernandes e a Prof^a Doutora Ana Paula Brandão, por toda a paciência, apoio, incentivo e sentido prático com que me orientaram neste Trabalho.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas de mestrado e de estágio na Embaixada Portuguesa da República Checa. Juntos vivemos momentos que jamais esquecerei.

Fora do ambiente académico, mas de igual forma com um papel importante nesta jornada, agradeço aos meus pais por todo o suporte ao longo destes cinco anos de estudo e pela orientação e capacidade de compreensão ao longo do percurso. Aos meus irmãos, cunhada e afilhado, agradeço do fundo do coração por viverem comigo esta fase da minha vida com tanta intensidade quanto eu, por me apoiarem em todas as horas e me lembrarem da importância desta jornada, encorajando-me a lutar pelos meus sonhos e objetivos.

Por fim, agradeço aos meus amigos, que conseguiram transformar os momentos de maior pressão, que envolvem um trabalho de investigação, em momentos de leveza e descontração.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Do Politicamente Correto à Cultura de Cancelamento (2000-2022): um desafio às democracias liberais

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo delinear a evolução do politicamente correto e a sua relação com uma cultura de cancelamento no Ocidente, considerando o período compreendido entre 2000 e 2022, por forma a compreender de que modo tais movimentos constituem desafios ao regime democrático. Tendo em conta a dificuldade de definição dos dois termos, começamos por analisar a história do politicamente correto e as práticas que comprometem os seus princípios, nomeadamente a de cultura de cancelamento. Avançamos depois para a compreensão de como tais conceitos questionam princípios fundamentais do regime liberal democrático e de como parecem despertar instintos autoritários, convocando restrições crescentes às liberdades, nomeadamente à liberdade de expressão. Por último, analisamos exemplos práticos que concorrem para responder à pergunta de investigação: conduziu o politicamente correto a uma cultura de cancelamento que ameaça a democracia liberal? Respondemos positivamente a esta pergunta a partir de uma análise qualitativa: consideramos não só aqueles exemplos, como das entrevistas realizadas aos Professores Doutores André Barata, André Azevedo Alves e Nuno Palma.

Palavras-chave: Autoritarismo, Liberdade de expressão, Politicamente Correto, Democracias Liberais.

**From Political Correctness to Cancel Culture (2020-2022):
a challenge to liberal democracies**

ABSTRACT

This dissertation aims to outline the evolution of political correctness and its relationship with cancel culture in the West, considering the period between 2000 and 2022, in order to understand how such movements constitute challenges to the democratic regime. Given the difficulty of defining the two terms, we begin by analyzing the history of political correctness and the practices that compromise its principles, namely the cancel culture. We then move on to the understanding of how such concepts question fundamental principles of the liberal democratic regime and how they seem to awaken authoritarian instincts, calling for increasing restrictions on freedoms, namely freedom of expression. Finally, we analyze practical examples that contribute to answer the research question: has political correctness led to a culture of cancellation that threatens liberal democracy? We answered positively to this question based on a qualitative analysis: we considered not only those examples, but also the interviews carried out with Professors André Barata, André Azevedo Alves and Nuno Palma.

Keywords: Authoritarianism, Freedom of expression, Political correctness, Liberal Democracies.

“I may not agree with you, but I will
defend to the death your right to make
an ass of yourself”
(Oscar Wilde)

Índice

Introdução	1
Capítulo 1. Politicamente Correto: análise de um conceito complexo	5
<i>Trigger warnings</i>	8
<i>Safe Spaces</i>	12
<i>Free-speech zones</i>	14
<i>Gaslighting</i>	14
<i>Deplatforming</i>	15
<i>Safetyism</i>	16
<i>Cancel Culture</i>	16
Microagressões	19
Capítulo 2. Democracias Liberais e Autoritarismo	22
Democracia e liberdade	22
Democracia e liberdade de expressão	26
Autoritarismo.....	27
A crise da democracia liberal	29
O especial apelo dos jovens pelo autoritarismo	32
Capítulo 3. A cultura de cancelamento	37
Uma Cultura de Cancelamento?	37
Politicamente correto e cultura de cancelamento	51
Conclusão	54
Guião da entrevista realizada ao Dr. André Barata	57
Guião da entrevista realizada ao Dr. André Azevedo Alves	59
Guião da entrevista realizada ao Dr. Nuno Palma	61
Referências	63

Introdução

Os motivos que levaram à escolha deste objeto de estudo advêm do interesse do investigador pela conjugação dos temas e dinâmicas que rodeiam o politicamente correto e o recente crescimento de uma cultura de cancelamento a nível global. Para além desta razão, o tema surge igualmente pela escassez de trabalhos de investigação sobre o assunto – pretendemos assim dar um contributo para colmatar esta lacuna.

Entre a literatura utilizada, destacamos o trabalho de Geoffrey Hughes (2009) que, em *Political Correctness*, organiza de forma cronológica a história da semântica e da cultura politicamente correta; Jonathan Friedman (2019), que, em *PC Worlds: Political Correctness and Rising Elites at the End of Hegemony*, disserta sobre a corrente expressão do movimento, tendo por base a sua experiência no mundo sueco; e Timothy Garton Ash (2016), com o seu contributo para a história da liberdade de expressão. Em língua portuguesa, destacam-se o livro de Francisco Bosco (2017), *A Vítima tem Sempre Razão?*, que se debruça sobre a liberdade de expressão e cultura de cancelamento no Brasil, e o trabalho de Manuel Monteiro (2020), *Sobre o Politicamente Correto*, que organiza a história do Politicamente Correto e os comentários realizados ao movimento (tanto a nível internacional como nacional), tendo por foco a coerência linguística do movimento.

O conceito de Politicamente Correto dá a sua entrada no mundo moderno através da Nova Esquerda norte-americana, que, no fim da década de 60 do século XX, adotou o termo como uma extensão do modelo a seguir (Hughes, 2009). Inspirando-se no comunismo chinês, representava aqueles que, na esquerda Leninista, seguiam a linha do partido, evoluindo posteriormente para um termo irónico entre a esquerda norte-americana, que o usava para descrever aqueles que seguiam as linhas do partido de forma demasiado rigorosa (Hughes, 2009: 63-64). Atualmente, o politicamente correto define-se como “códigos discursivos que suprimem linguagem prejudicial, disfarçando ou evitando certos tópicos tabu antigos e novos”¹ (Hughes, 2009: 3).

¹ Tradução livre de: “speech codes which suppress prejudicial language, disguising or avoiding certain old and new taboo topics”.

Entre os conceitos ligados ao politicamente correto, aquele que se revela mais evidente nos meios sociais é o de cultura de cancelamento: principalmente ligada a ativistas por políticas de esquerda, pode ser entendido como “estratégias coletivas por ativistas utilizando pressões sociais para alcançar ostracismo cultural dos seus alvos (alguém ou algo) acusados de palavras ou ações ofensivas”² (Norris, 2021). Tal movimento, que teve as suas raízes em redes sociais como o *Twitter*, espalhou-se para os *media* tradicionais (televisão, rádio, jornais) na medida em que as acusações *online* que se tornam virais ganham destaque através da difusão nestes meios (Norris, 2021: 4). A autora britânica descreve os atos dos ativistas da sociedade civil como “pressões sociais informais desenhadas para sancionar e ostracizar indivíduos poderosos”³, utilizando para isso instrumentos como “danificar das suas reputações, descarrilando carreiras, negando acesso a plataformas públicas, e estabelecendo bases para procações legais”⁴ (Norris, 2021: 4).

Esta forma de ativismo surge, nos anos mais recentes, predominantemente ligado aos movimentos sociais identitários, cujo aparecimento aponta novamente para a década de 60 do século XX, onde emerge ligada a uma crise da conceção clássica da classe social: de um lado, a guerra dos Estados Unidos da América (EUA) no Vietname; do outro as revelações de abusos totalitários, crimes e crises económicas existentes nas experiências socialistas de China, Cuba e União Soviética. A tais fatores juntou-se a incorporação de políticas de bem-estar social criadas pelos Estados a partir da década de 50 e os movimentos civis dos anos 60, sobretudo ligados à comunidade negra norte-americana. Isso conduziu ao desgaste dos valores da esquerda política, o que obrigou a que a mesma se reinventasse através de atividades mais flexíveis. Assim, as políticas de esquerda transitam para uma crítica à “inautenticidade do trabalho tradicional” (Bosco, 2017: 57), ligando-se a uma autorrealização com o trabalho. Para Francisco Bosco, é através destes fatores que emergem os movimentos identitários (Bosco, 2017: 56-57),

² Tradução livre de: “collective strategies by activists using social pressures to achieve cultural ostracism of targets (someone or something) accused of offensive words or deeds”.

³ Tradução livre de: “informal social pressures designed to sanction and ostracize powerful individuals directly”.

⁴ Tradução livre de: “damaging reputations, derailing careers, denying access to public platforms, and establishing grounds for legal prosecutions”.

como por exemplo, e mais recentemente, o movimento *LGBTQIA+*, o *MeToo* ou o *BlackLivesMatter*.

Partindo deste contexto político, a nossa dissertação procura responder à seguinte questão: conduziu o politicamente correto a uma cultura de cancelamento que ameaça a democracia liberal? Esperamos, com o desenvolvimento do nosso argumento, facilitar a navegação por entre o tema de futuros trabalhos, que serão importantes para compreender o impacto de tal movimento em Portugal.

Para respondermos à pergunta de investigação, optamos por uma metodologia qualitativa: utilizamos uma análise documental, com a leitura de artigos científicos e livros especializados e a consideração de entrevistas e publicações em redes sociais. Essa análise documental foi complementada pelas entrevistas realizadas aos Professores Doutores André Barata, Presidente da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior e Docente no Departamento de Comunicação, Filosofia e Política, André Azevedo Alves, Professor Associado no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa e Nuno Palma, Professor Associado na área de Economia ligado à Escola de Ciências Sociais da Universidade de Manchester. O objetivo das entrevistas é, por um lado, compilar o máximo de informação possível para a realização do trabalho, e, por outro, procurar as suas opiniões pessoais sobre o nosso objeto de análise. Os três entrevistados possuem uma carreira académica comum, apresentando, porém, visões distintas sobre o tema: tal garante uma maior variedade do discurso e assegura a pluralidade de posições necessária à discussão e incentivo à reflexão. As entrevistas realizaram-se com um formato semi-estruturado, que permite uma maior adaptabilidade a diferenças de discurso, via plataforma *Zoom*, entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2021. Os guiões das entrevistas seguem em apêndice no final da dissertação, mas as suas questões centrais passam pelo entendimento de cada entrevistado quanto ao politicamente correto e às possíveis consequências do mesmo.

A dissertação compreende três capítulos. No Capítulo I, começamos com um enquadramento histórico do movimento, assim como os diversos conceitos associados ao mesmo. No Capítulo II, exploramos temáticas como democracia, autoritarismo, liberdade, liberdade de expressão, falhas na democracia liberal e crescimento do autoritarismo entre os jovens – elementos fundamentais para dar enquadramento à

nossa pergunta de investigação. No Capítulo III, são analisados exemplos mediáticos que permitem relacionar o politicamente correto com uma cultura de cancelamento, considerando as entrevistas realizadas no âmbito da nossa investigação.

As citações das obras não traduzidas e publicadas em Portugal são da nossa responsabilidade e são acompanhadas, em nota de rodapé, da versão original.

Capítulo 1.

Politicamente Correto: análise de um conceito complexo

A produção científica sobre o politicamente correto tende a fazer a associação do movimento às políticas de esquerda norte-americanas, sendo que a definição do conceito acaba por incorporar o atribuir de responsabilidades sobre o que a oposição política considera como interferência política ilegítima em assuntos académicos ou culturais (Hughes, 2009: 61).

Não obstante os seus elementos, que serão posteriormente definidos, e para tomar como objeto de estudo o termo, é necessário termos em conta a sua origem. De acordo com Geoffrey Hughes, a expressão “politicamente correto” surge primeiramente por um equívoco, quando, em 1793, James Wilson se engana durante um discurso e diz “The United States” ao invés de “the people of the United States”, descrevendo o seu erro como algo que não é politicamente correto, não a um nível ideológico, mas num sentido literal (Hughes, 2009: 61-62).

O primeiro político a usar o termo de forma ideológica e propositada foi Mao Tse-Tung, de modo a representar as políticas da linha ortodoxa do Partido Comunista Chinês, como enunciadas por si em 1930 (Hughes, 2009: 60). Mao via o politicamente correto como uma forma de eliminar ideias contrárias à linha de pensamento do proletariado do Exército Vermelho, afirmando que este seria o método para educar os membros para uma linha correta de pensamento, ou seja, dentro daquilo que era a ideologia do partido (Hughes, 2009: 62).

Décadas depois, o termo reaparece, desta vez alinhado com ideais diferentes: na década de 1970, nos Estados Unidos, o politicamente correto manifesta-se em associação com políticas de esquerda e feministas, como anteriormente referido (Hughes, 2009: 61). No mesmo período, alguns elementos da esquerda norte-americana utilizarão o conceito em tom anedótico para “assinalar o que entendiam ser um excessivo dogmatismo de certas posições” (Monteiro, 2020: 22).

Uma primeira aparição da vertente ideológica do politicamente correto nos Estados Unidos dá-se em 1989, quando o reitor da Universidade de Michigan instaurou

um conjunto de regras e um código de linguagem que sancionava comportamentos verbais e físicos que fossem suscetíveis de estigmatizar um indivíduo por uma característica física ou emocional (Bento, 2008: 3).

Muito mais relevante nos E.U.A. do que no Reino Unido – onde o primeiro debate sobre o tema surge apenas na última metade dos anos 90 (Hughes, 2009: 64) –, a *tour de table* inicia-se após a publicação do livro de Paul Berman, *Debating PC* (1992), que agrupa artigos de 21 académicos convidados para a conferência da Modern Language Association, que ocorreu em 1990 em Chicago. A sua coleção de artigos colocava os leitores perante a seguinte questão: “estamos a preparar os americanos para um país mais inclusivo... ou a afunilar a liberdade académica?”⁵ (Hughes, 2009: 66).

Segundo Hughes, o politicamente correto surge de forma a responder a uma mudança social radical: o multiculturalismo. Desta forma, é criado um mutável código de etiqueta, cujo primeiro ideal é a igualdade, sendo a mesma seguida pelo princípio da representatividade, ou seja, o da “existência de representatividade de género e raça, em importantes fóruns públicos”⁶ (Hughes, 2009: 22). O princípio da representatividade fica maioritariamente ligado à criação de quotas, sejam elas na administração, na participação de fóruns públicos ou mesmo nas convocatórias desportivas de seleções nacionais (Hughes, 2009: 22). De acordo com Hughes (2009), tal imposição da representatividade poderá levar à criação de fórmulas artificiais de engenharia social, como quotas ou ato de *tokenism*, que se reflete na prática de contratar um funcionário pertencente a um elemento de uma minoria de forma a prevenir potenciais críticas às políticas da empresa (Sherrer, 2018). As quotas surgem como derivados da representatividade através de um processo apelidado de “discriminação revertida”, cujo objetivo é o de integração de minorias, encontrando-se sustentado por se tratar de uma solução para reparar as clivagens que surgiram devido a desvantagens históricas.

Quanto à esquerda norte-americana, alguns defendem que o politicamente correto não passa de um monstro imaginário criado pelo espectro político da direita para desacreditar a luta daqueles que pretendem alterar o *status quo* (Hughes, 2009: 61).

⁵ Tradução livre de: “Preparing Americans for a wider world . . . or narrowing academic freedom?”.

⁶ Tradução livre de: “representativity in gender and race, in administration, in major public forums”.

Uma das questões suscitadas no livro de casos de Paul Berman prende-se com o facto de a principal problemática no mundo académico ter passado a ser como questionar o tradicionalismo canónico e a realização de uma expansão dos limites curriculares na direção do multiculturalismo. Deste processo decorriam sempre acusações e suspeitas de limites colocados nas expressões e de tópicos controversos a ser evitados, havendo mesmo relatos de que novos alunos que recebiam não só listas de leituras recomendadas, como também de palavras a evitar (Hughes, 2009: 66).

De acordo com Hughes, observamos cada vez mais um censurar da opinião, académica ou popular, restringindo a liberdade de expressão, que, como diz Mick Hume (Hume, 2015: 34), “deve de ser livre como um pássaro, que voa até onde quiser, e desce o quanto quer. Não como uma galinha livre numa quinta, com liberdade para apenas arranhar a terra dentro de uma área vedada em direção ao matadouro”⁷.

Porém, o exercício da liberdade de expressão não se prende com um uso irresponsável de tal direito, mas sim com o seu exercício com responsabilidade individual. Afinal, liberdade de expressão não se relaciona com a luta contra as consequências sociais provocadas pelo discurso de um indivíduo, mas sim com as consequências legais que venham a ser ditadas por um Estado de Direito. De acordo com Hume (2015: 39), devemos-nos lembrar de que a “liberdade na liberdade de expressão não se cinge apenas na liberdade de falar e ler como cada um prefere. É também sobre a liberdade dos restantes em ouvirem e lerem aquilo que escolhemos, e sermos nós os juízes daquilo que achamos correto”.

Segundo Paulo Tunhas (2021), que tece comparações entre o regime maoísta e o movimento *woke*,⁸ este movimento acaba por apresentar tendências totalitárias através da “ideia de que se pode começar tudo como numa página em branco; a multiplicação das humilhações públicas e das consequentes autocríticas; a recusa da educação segundo os padrões clássicos; o derrube das estátuas e dos vestígios do passado; a transformação da linguagem; e por aí adiante”.

⁷ Tradução livre de: “That’s free as in ‘free as a bird’, to soar as high as it can and swoop as low as it chooses. Not as in ‘free-range chicken’, at liberty only to scratch in the dirt within a fenced-in pen and en route to the chopping block”.

⁸ Woke – um termo político anglo saxónico que se refere a uma perceção e consciência das questões relativas à justiça social e racial.

O politicamente correto remete-nos, então, para “constantes negociações e renegociações de sentidos e de valores” (Soares, 1998: 235), no que abrange de forma geral a comunicação (e, em específico, a linguagem) verbal entre indivíduos, procurando pôr termo à generalização criada por estereótipos associados a certas expressões idiomáticas de uso comum, cujo resultado seria o fim do estigma e de atitudes expressivas discriminatórias. Para tal, assistimos a uma higienização da linguagem, através da alteração de expressões como “negro” para “afro-americano” ou “índio” para “nativo-americano” (Bento, 2008: 7).

Em sentido contrário encontramos John K. Wilson (1995), que descreve o politicamente correto como um mito no sentido de que este surge no fórum público como a ilusão de uma conspiração protagonizada pela esquerda, que distorce e usa o seu poder em cargos de instituições académicas em prol da sua vontade política. Wilson prossegue o seu argumento especificando que nenhum crítico do politicamente correto conseguiu demonstrar que os diversos casos que ocorreram não passavam de casos isolados (Wilson, 1995: 2-3).

Apesar da posição defendida por Wilson, consideramos que é possível apreender o fenómeno do politicamente correto, nomeadamente através do vocabulário a ele associado, como *trigger warnings*, *safe spaces*, *free-speech zones*, *gaslighting*, *deplatforming*, *safetyism* ou *micro-agressões*. É a essa análise que procederemos agora.

Trigger warnings

Um dos recentes conceitos compreendidos na ideia de politicamente correto é o de *trigger warnings*. Este termo dá título ao livro de Mick Hume, que o define do seguinte modo: “uma declaração feita no início de cada peça escrita, vídeo, etc., que alerta o leitor ou visualizador para o facto de que contém material que este poderá achar perturbador ou ofensivo”⁹ (Hume, 2015: 8). O entendimento é o de que, podendo o material em causa ferir suscetibilidades, se requer que menções de violência simbólica ou real sejam precedidas por um aviso (Bosco, 2017: 79). Tais avisos prévios surgem pelo receio de que uma comunicação possa provocar desconforto e, possivelmente, reativar um momento traumático do passado do ouvinte (Friedman, 2019: 264). Através dessa

⁹ Tradução livre de : “a statement at the start of any piece of writing, video, etc, alerting the reader or viewer to the fact that it contains material they might find upsetting or offensive”.

premissa, solicita-se aos oradores que assinalem previamente que literatura recomendada pode causar tais efeitos.

Inicialmente, os *trigger warnings* surgiram não para serem aplicados à literatura, mas sim concebidos como uma ferramenta *online* terapêutica em fóruns de debate para ajudar vítimas de doença de *stress* pós-traumático (Hume, 2015: 143), mas acabou por ser aplicado ao âmbito académico. Hume dá como exemplo um momento ocorrido em 2014, através de líderes estudantis da Universidade da Califórnia, que passaram uma resolução que encorajava os professores a introduzir obrigatoriamente *trigger warnings* em leituras obrigatórias, permitindo aos alunos que pudessem sentir-se afetados faltar sem serem prejudicados na classificação final (Hume, 2015: 142).

Timothy Garton Ash revela que, nas décadas de 80 e 90 do século XX, a controvérsia girava à volta dos códigos de discurso desenvolvidos pelas universidades norte-americanas de forma a evitar o assédio, sofrimento ou ofensa a membros do seu, cada vez mais, diverso corpo de estudantes, mas recentemente passou a discutir-se a necessidade de *trigger warnings* (Ash, 2016: 176). Ash demonstra-se a favor dos mesmos, por entender que as universidades se devem reger por padrões civilizacionais elevados.

O termo *trigger warning* e o seu uso difundiram-se, tendo, por isso, merecido referência por parte da *American Association of University Professors*, em 2014, sendo considerado uma “ameaça à liberdade académica dentro das salas de aula”. Segundo a mesma associação, os pedidos para uso de *trigger warnings* tiveram começo na

blogosfera como um alerta sobre descrições gráficas de violações em páginas feministas, tendo depois migrado para os *campus* universitários na forma de requisitos ou propostas para que os alunos sejam alertados sobre todos os tipos de tópicos que alguns acreditam ter o poder de ofender profundamente, ou até mesmo desencadear uma reação pós-traumática a um transtorno causado pelo *stress* em alguns indivíduos.¹⁰ (AAUP, 2014)

A AAUP dá como exemplo a política desenhada pela Oberlin College, em Ohio, que incluiu nos tópicos de discursos ou literatura que possam ativar tais acontecimentos

¹⁰ Tradução livre de: “began in the blogosphere as a caution about graphic descriptions of rape on feminist sites, and has now migrated to university campuses in the form of requirements or proposals that students be alerted to all manner of topics that some believe may deeply offend and even set off a post-traumatic stress disorder (PTSD) response in some individuals”.

os seguintes elementos: “racismo, classicismo, sexismo, heterossexismo, cissexismo, capacidade corporal, ou outras problemáticas ligadas ao privilégio e opressão”¹¹ (AAUP, 2014).

Jonathan Friedman aponta que a maior parte da literatura e investigação académica se tornou demasiado dolorosa para os estudantes, aparentando ter de se chegar ao ponto de eliminar um certo tipo de comunicação que possa ser entendida como problemática (Friedman, 2016: 264). Já Francisco Bosco sugere o uso de um *trigger warning* em conteúdos que apresentam violência como algo potencialmente inofensivo, mas indica que a “supressão da exposição, meramente enquanto exposição, de questões sociais violentas é regressiva, infantilizadora e obscurantista” (Bosco, 2017: 80).

Ash considera que “uma universidade [norte-americana] sem protestos estudantis contra oradores convidados seria como uma floresta sem pássaros”¹² (2016: 176). Porém, estas manifestações tendem a radicalizar-se e manifestar-se como uma espécie de veto sob a premissa de o manifestante se sentir ofendido pelo conteúdo a ser apresentado ou debatido. A título de exemplo, podemos considerar a situação relatada pelo jornal de estudantes da Universidade de Columbia, o *Columbia Spectator*: uma estudante, vítima de abuso sexual, apresentava-se extremamente zangada pela leitura obrigatória dos mitos de Perséfone e de Dafne na obra *Metamorfoses*, de Ovídio. Para além do teor do texto, sentiu-se ofendida pelo facto de “o seu professor se focar na beleza da linguagem e no esplendor da imagem enquanto dava a aula”¹³ (Ash, 2016: 176). Como resultado, a aluna refere ter deixado “de se sentir segura na aula”. O artigo seguiu então para observar que *Metamorfoses* contém conteúdo *triggering* e ofensivo e que marginaliza a identidade de alguns estudantes. Estes textos, escritos com histórias e narrativas de exclusão ou opressão, podem ser difíceis de ler e discutir para um sobrevivente (de abuso físico ou sexual), uma pessoa de cor ou um estudante com um passado de famílias de baixos rendimentos (Johnson, 2015).

¹¹ Tradução livre de: “racism, classism, sexism, heterosexism, cissexism, ableism, and other issues of privilege and oppression”.

¹² Tradução livre de: “a university without student protests against visiting speakers would be like a forest without birds”.

¹³ Tradução livre de: “her professor focused on the beauty of the language and the splendour of the imagery when lecturing on the text’. As a result, she ‘completely disengaged”.

Nadine Strossen (2018) refere-se aos *trigger warnings* como um tipo de “autocontenção voluntária”, defendendo que os mesmos não deveriam ser impostos por um governo ou por uma direção universitária (Strossen, 2018: 162). Na verdade, o Supremo Tribunal norte-americano já reconheceu o facto de que forçar pessoas a utilizar vocabulário que não pretendam empregar viola os princípios da liberdade de expressão e liberdade académica de maneira comparável a forçar um indivíduo a não dizer algo que pretenda expressar. Não obstante, Strossen defende que, se um professor ou outro orador pretender utilizar tal aviso, estará a exercitar o seu direito à liberdade de expressão. De acordo com a autora, os *trigger warnings* foram desenvolvidos com a intenção de provocar o efeito de facilitar a interação e participação dos membros da audiência com o objeto de estudo, sendo que, quando bem empregue, poderá até alavancar a liberdade de expressão, ao invés de a suprimir.

Um dado interessante será também o que advém do estudo de Wurtzel e Stuart (1977): numa investigação sobre os cuidados a ter em relação a conteúdo *media*, estes autores descobriram que o aviso prévio pode funcionar como efeito “boomerang”, aumentando o interesse do recetor sobre aquilo a que estará exposto, mesmo que o mesmo contenha conteúdo sensacionalista (Wurtzel e Stuart, 1977: 9).

Richard J. McNally (2016) nota positivamente o facto de Jay Ellison, um dos reitores da Universidade de Chicago, ter informado na sua carta de boas-vindas à turma de 2020 (alunos que acabariam a sua formação em 2020) de que não deveriam contar com a presença de *trigger warnings* no *campus* universitário. McNally defende que a existência de *trigger warnings* é desnecessária, visto que foi criada para proteger a reativação de traumas, mas a sua utilização é contra terapêutica por encorajar a fuga à memória do momento traumatizante, sendo que é esse evitar que mantém o trauma ativo.

Fora do prisma académico, o conceito tem ganho força através da internet. Jenny Jarvie (2014) observou que, desde 2012, os *trigger warnings*

têm sido aplicados a tópicos tão diversos como sexo, gravidez, dependência, *bullying*, suicídio, questões relacionadas com a altura, incapacidades motoras, homofobia, transfobia, *slut-shaming*, culpabilização de vítimas, álcool, sangue, insetos, pequenos

buracos ou mesmo animais com perucas. Alguns internautas pediram até *trigger warnings* para programas televisivos tais como *Scandal* ou *Downton Abbey* (Jarvie, 2014).¹⁴

Já no século XIX John Stuart Mill (2003) havia criticado o “florescimento do charlatanismo e da literatura efémera”¹⁵ e a promoção da ciência simulada (*mock science*) através das novas “artes dos media”. Contudo, Mill não defendia a intolerância perante semelhantes ideias. Ao invés, apelava à tolerância de todas as ideias, mesmo aquelas que enfrentávamos como mentiras, pois só assim conseguiríamos estabelecer a verdade: “Recusar ouvir uma opinião, porque se tem a certeza de que ela é falsa, é supor que a sua certeza é igual a uma certeza absoluta. Todo o silenciamento da discussão é um pressuposto de infalibilidade” (Mill, 2003: 88).¹⁶ Para Mill, a publicação de mentiras ou opiniões falsas é pode ser visto como algo positivo, visto que força a defesa daquilo que damos como adquirido, provando o porquê de darmos esse conhecimento como verdadeiro (Mill, 2003: 92).

Safe Spaces

Apesar de todos os esforços, os *trigger warnings* podem não ser um mecanismo eficaz para proteger as vítimas do trauma. Para responder a esta necessidade, surgem os *safe spaces*, onde qualquer potencial *trigger* fica barrado à entrada.

Bradley Campbell e Jason Manning (2018) fazem remontar a primeira utilização do termo *safe space* aos movimentos pela defesa dos direitos das mulheres, na medida em que consistiriam em fóruns onde as mulheres poderiam discutir as suas problemáticas de modo seguro. Mais tarde, teriam sido adotados pelo movimento LGBT como um local onde minorias sexuais pudessem ser elas mesmas, sem medo de julgamento ou discriminação (Campbell e Manning, 2018: 79).

De acordo Greg Lukianoff e Jonathan Haidt (2018), a primeira vez que a população norte-americana se deparou com o conceito de *safe space* no nível académico foi em março de 2015, quando Judith Shulevitz (2015) publicou um ensaio

¹⁴ Tradução livre de: “have been applied to topics as diverse as sex, pregnancy, addiction, bullying, suicide, sizeism, ableism, homophobia, transphobia, slut shaming, victim-blaming, alcohol, blood, insects, small holes, and animals in wigs. Certain people, from rapper Chris Brown to sex columnist Dan Savage, have been dubbed “triggering.” Some have called for trigger warnings for television shows such as “Scandal” and “Downton Abbey”.

¹⁵ Tradução livre de: “flowering of quackery and ephemeral literature”.

¹⁶ Tradução livre de: “To refuse a hearing to an opinion, because they are sure that it is false, is to assume that their certainty is the same thing as absolute certainty. All silencing of discussion is an assumption of infallibility”.

no *The New York Times* sobre a reação dos seus alunos a um evento da Brown University a um debate sobre *rape culture*¹⁷ entre duas autoras feministas: Wendy McElroy e Jessica Valenti. Enquanto Valenti defendia que a misoginia se tratava de algo endêmico na cultura norte-americana, McElroy disputava a ideia de que os Estados Unidos da América tivessem uma *rape culture*, por comparação com países onde a violação é tolerada, como, por exemplo, o Afeganistão. A posição de McElroy foi entendida como “danosa” para os estudantes que têm uma opinião contrária, por “invalidar” a sua experiência pessoal, de acordo com uma estudante da Universidade. Por essa razão, quando o debate não foi cancelado, e por forma a prevenir a saúde mental dos membros da audiência que pudessem sentir-se perturbados com os argumentos proferidos em debate ou com a presença de McElroy no recinto universitário foi criado um *safe space* para todos aqueles que se sentissem *triggered* pudessem sentir-se confortáveis. Segundo Lukianoff e Haidt, a sala estava equipada com “biscoitos, livros para colorir, bolhas [para rebentar], Play-Doh [plasticina], música calma, almofadas, cobertores e um vídeo de cães a brincar, bem como alunos e funcionários supostamente treinados para lidar com traumas”¹⁸ (2018: 34).

De forma crescente, o termo foi ganhando novas nuances e significados, tendo alunos da Universidade de Clemson exigido, por carta ao administrador do seu polo universitário, que lhes fosse cedida uma sala de *safe space* para estudantes LGBT (Campbell e Manning, 2018: 79). Segundo Campbell e Manning, nestes casos, o *safe space* deixa de ser um local onde membros de um grupo pertencente a uma minoria são bem-vindos para passar a ser uma área onde podem limitar-se a interagir com outras pessoas do mesmo grupo minoritário. Tal ideia pressupõe o conceito de que a interação de um membro de uma minoria com um membro da maioria cultural poderá ser uma causa de stress para o membro do grupo minoritário, seja através de *micro agressões*, seja pelos sentimentos adversos que possam surgir pela sensação de ser diferente (Campbell e Manning, 2018: 80). Os autores prosseguem, referindo que,

¹⁷ que o dicionário de Oxford define como “atitudes sociais predominantes têm o efeito de normalizar ou banalizar a agressão e o abuso sexual” (Lexico Dictionaries, 2022).

¹⁸ Tradução livre de: “cookies, coloring books, bubbles, Play-Doh, calming music, pillows, blankets, and a video of frolicking puppies, as well as students and staff members purportedly trained to deal with trauma”.

inadvertidamente, tais *safe spaces* desenvolvem um certo grau de segregação “racial, étnica ou sexual”¹⁹ (Campbell e Manning, 2018: 80).

Porém, e de acordo com Chaya Benyamin (2021), “a liberdade de expressão e os *safe spaces* não são mutuamente exclusivos”²⁰ e estudos apontam uma correlação entre a falta de *safe spaces* nos campus universitários e o desconforto psicológico dos estudantes, que, segundo a autora, é um impeditivo à aprendizagem. Prossegue, afirmando que os *safe spaces* permitem aos estudantes adquirir uma melhor capacidade comunicativa com pessoas de diferentes heranças, visto que as opiniões minoritárias não poderão ser abafadas pela “maioria barulhenta”.²¹

Free-speech zones

Como complemento aos *safe spaces* surgem as *free-speech zones*. Segundo Hume (2015), trata-se de zonas nos polos universitários onde os alunos podem debater livremente sem terem que ter em atenção o facto de poderem ferir suscetibilidades a quem não esteja preparado para o confronto de ideias. Mas isto significa que devem cumprir as regras dos *safe spaces* na restante área universitária (Hume, 2015: 140-141).

Gaslighting

Em *Free Speech and Why it Matters* (2021), Andrew Doyle descreve *gaslighting* como um conceito cujo nome se inspira no filme *Gaslight*, de Thorold Dickinson (1940), em que o enredo se desenvolve à volta de um marido que tenta convencer a esposa de que está a ficar louca usando truques, como diminuir a intensidade das luzes e negar depois que a casa está mais escura (Doyle, 2021: 85). Passando do mundo cinematográfico para o mundo real, a prática do *gaslighting*, que surge predominantemente em relacionamentos amorosos, define-se como o ato de contradizer de forma inequívoca aquilo que é a realidade observável (Doyle, 2021: 25), com o objetivo de fazer a vítima duvidar do seu próprio julgamento.

O termo ganhou popularidade quando, em 2016, Lauren Duca escreveu um artigo para a *Teen Vogue* acusando Donald Trump de ter ganho as eleições ao fazer *gaslight* com o povo norte-americano (Duca, 2016).

¹⁹ Tradução livre de: “These kinds of safe spaces thus involve a degree of racial, ethnic, or sexual segregation”.

²⁰ Tradução livre de: “Free Speech and safe spaces are not mutually exclusive”.

²¹ Tradução livre de: “noisy majority”.

Deplatforming

Um dos castigos sofridos por muitos daqueles que, supostamente, recorrem a *gaslight* ou a qualquer outro tipo de discurso de ódio é o *deplatforming*, que, pelas palavras de Richard Rogers (2020), “surge como solução à toxicidade das comunidades online e o normalizar do discurso extremista”²² (Rogers, 2020: 214). O termo resulta dos apelos *online* para a remoção de plataformas (sejam *online* ou na televisão) de pessoas como Alex Jones, Donald Trump ou Milo Yiannopoulos, acusados de incitar a toxicidade das comunidades *online* de forma extrema. Todos eles passaram por uma situação de *deplatforming*, sendo que, por exemplo, em 2019, Alex Jones, Laura Loomer, Milo Yiannopolous e Paul Joseph Watson foram removidos do Facebook e do Instagram, seguindo uma política que tem sido levada a cabo nos últimos anos pelas principais plataformas (Instagram, Facebook, YouTube e Twitter) de suspenderem e/ou removerem da internet opiniões que considerem “anti-semitas”, “pro-caucasianos nacionalistas”, aderentes à extrema-direita, neonazis, bem como espaços onde se fomentam grupos de ódio, entre outras (Rogers, 2020: 214).

A sua remoção, sob o pretexto de se tratar de “indivíduos perigosos” envolvidos na disseminação do “ódio organizado”, levou a opiniões mistas por parte do público. Contudo, Richard Rodgers, autor de *Deplatforming: Following Extreme Internet celebrities to Telegram and alternative social media* (2020), aponta para estudos que demonstram os resultados efetivos do remover de um indivíduo ou de uma plataforma por conteúdos ofensivos. Essas consequências passam pelo surgimento de outros fóruns, como os *subreddits* *r/fatpeoplehate* e *r/coontdown*, banidos em 2015 pelo Reddit por violarem as suas políticas de assédio: os utilizadores trocaram a plataforma por uma plataforma alternativa que lhes permitia continuar na mesma linha de discurso (saíram do Reddit para o Voat) e os *subreddits*, que herdaram os migrantes, não obtiveram um aumento significativo de discurso extremista ou ofensivo. Ou seja, apesar de ter sido benéfico para o Reddit, o problema foi empurrado para outro lado, neste caso empurrando-os para lados “ainda mais obscuros da internet” (Chandrasekharan et

²² Tradução livre de: “It is gaining attention as an antidote to the so-called toxicity of online communities and the mainstreaming of extreme speech”.

al., 2017), sendo que não há estudos suficientes sobre os resultados ao nível de saúde mental para estas medidas (Rogers, 2020: 215).

Safetyism

Em *The Coddling of the American Mind* (2018), Greg Lukianoff e Jonathan Haidt estes autores descrevem o *Safetyism* como uma cultura que emerge parcialmente pela educação parental extremamente protetora e que resultou numa reconceptualização sobre o que hoje consideramos como “seguro”, que passa por assegurar não só o bem-estar físico, como também o emocional (Doyle, 2021: 58).

Esta cultura é então associada à cultivação dos *safe spaces* nas universidades e remete para a segurança como valor sagrado. Segundo Lukianoff e Haidt, o facto de uma criança ser educada numa cultura de *Safetyism*, que a ensina a manter-se “emocionalmente segura”, pode levar a que entre num círculo vicioso, onde as crianças se tornam mais frágeis e menos resilientes, o que sinaliza o encarregado de educação de que a criança precisa de mais proteção, o que pode causar mais fragilidade e menos resiliência, levando a que uma potencial cura se torne na principal causa da doença (Lukianoff e Haidt, 2018: 36).

Os autores apontam que a geração mais ligada a uma cultura de segurança dá pelo nome de *iGen*, um diminutivo para “internet Generation” ou uma alternativa para a comum *Generation Z*, que se refere à geração de pessoas nascidas de 1995 em diante (Lukianoff e Haidt, 2018: 36). Para os autores, trata-se de um culto desenvolvido à volta de uma obsessão por eliminar ameaças que chega ao ponto de não permitir que um cidadão seja capaz de fazer escolhas racionais exigidas por outras preocupações práticas e morais (Lukianoff e Haidt, 2018: 38). Os autores creem que esta nova cultura está diretamente ligada àquilo que descreveremos como *cancel culture*, onde a intenção não importa – só interessa o impacto que tal ação teve nos grupos vulneráveis (Lukianoff e Haidt, 2018: 104).

Cancel Culture

O termo conhecido como *cancel culture* engloba diversos significados. Pippa Norris, no artigo *Cancel Culture: Myth or Reality* (2021), define-o como “estratégica coletiva realizada por ativistas utilizando pressões sociais para atingir ostracismo

cultural dos alvos (alguém ou alguma entidade) acusados de palavras ou ações ofensivas”²³ (Norris, 2021: 4). Já Eve Ng (2020), em *No Grand Pronouncements Here...: Reflections on Cancel Culture and Digital Media Participation*, descreve *cancel culture* como:

remover de qualquer tipo de apoio (visualizações, seguidores nas redes sociais, compras de produtos apoiadas por uma certa pessoa, etc.) para aqueles que foram avaliados como tendo proferido ou agido de forma inaceitável ou altamente problemática, geralmente sobre uma perspectiva de justiça social com alerta especial no sexismo, heterossexismo, homofobia, racismo, bullying e outros assuntos relacionados²⁴ (Ng, 2020: 623).

Aja Romano (2019), em artigo para a *Vox*, descreve-o, de uma maneira mais prática, como a resposta a uma celebridade ou figura pública que faz, ou profere, alguma coisa ofensiva. Segue-se uma reação pública, que decorre principalmente nas redes sociais, terminando com o cancelamento do indivíduo visado ou, por outras palavras, “acabar com a sua carreira ou revocar o seu *cachet* cultural, ou através de boicotes ao seu trabalho, ou procurando ação disciplinar com os seus empregadores”.²⁵

Diretamente ligado ao supramencionado *deplatforming*, o ato de cancelamento resulta da ação de ativistas sociais que causam pressão social de forma informal (principalmente através das redes sociais) e estruturada, de forma a atacar não só a reputação do visado, como as suas carreiras, o seu acesso a plataformas públicas (*deplatforming*) ou mesmo estabelecendo uma base para ataques legais (Norris, 2021: 4).

Em *Is Cancel Culture effective?* (2020), Nicole Dudenhoefer cita Amanda Koontz: “Tudo se está a tornar algo sucinto, o que desencoraja uma discussão com nuances e encoraja posições de tudo-ou-nada”²⁶ – o que, para a autora, leva a uma polarização

²³ Tradução livre de: “collective strategies by activists using social pressures to achieve cultural ostracism of targets (someone or something) accused of offensive words or deeds”.

²⁴ Tradução livre de: “the withdrawal of any kind of support (viewership, social media follows, purchases of products endorsed by the person, etc.) for those who are assessed to have said or done something unacceptable or highly problematic, generally from a social justice perspective especially alert to sexism, heterosexism, homophobia, racism, bullying, and related issues”.

²⁵ Tradução livre de: “end their career or revoke their cultural cachet, whether through boycotts of their work or disciplinary action from an employer”.

²⁶ Tradução livre de: “Everything is becoming very succinct, and it both discourages nuanced discussion and encourages all-or-nothing stances”.

onde tudo “é completamente bom, ou completamente mau”²⁷, ignorando que as falhas fazem parte da natureza humana (Dudenhoefer, 2020).

Elementos mais conservadores vêm notando um crescente silenciamento de vozes que são contra a hegemonia liberal, não só em espaços culturais, como em locais acadêmicos, onde a liberdade de expressão pode ser limitada através do aumento da pressão social para a conformidade ideológica, o que cria uma polarização e intolerância acadêmica (Norris, 2021: 6).

Uma das principais figuras do movimento anti-*cancel culture* foi Donald Trump. O ex-Presidente dos Estados Unidos envolveu-se por diversas vezes em discursos contra a cultura de cancelamento, de que é exemplo o discurso de 4 de julho de 2020 no Monte Rushmore:

Uma das suas armas políticas é a *cancel culture* – usam-na para expulsar as pessoas de seus empregos, envergonhando os dissidentes e exigindo submissão total de qualquer um que discorde. Esta é a própria definição de totalitarismo, e é completamente alheia à nossa cultura e aos nossos valores, e não tem absolutamente nenhum lugar nos Estados Unidos.²⁸ (Beer, 2020).

Ou quando, após a derrota eleitoral, Donald J. Trump se oferece para debater com diretores de vários jornais ou políticos ligados à extrema-esquerda norte-americana sobre a alegada fraude eleitoral. Quando o seu convite não foi aceite, Trump atribuiu a culpa à *cancel culture* (Slisco, 2021). Ainda assim, deve notar-se que Donald Trump apelou ao uso da mesma estratégia de cancelamento, como aconteceu com Joy Reid, apresentador da MSNBC, e de Chris Cuomo, jornalista da CNN (Beer, 2020).

Já no Reino Unido, Pippa Norris destaca o relatório realizado por Remi Adekoya, Eric Kaufmann e Tom Simpson (2020), que concluiu que as universidades britânicas corriam perigo ao nível da liberdade académica, através de uma “discriminação estrutural”²⁹, devido ao aumento de normas sociais progressivas e à predominância de

²⁷ Tradução livre de: “You’re all good, or you’re all bad”.

²⁸ Tradução livre de: “one of their political weapons is 'cancel culture' — driving people from their jobs, shaming dissenters and demanding total submission from anyone who disagrees. This is the very definition of totalitarianism, and it is completely alien to our culture and our values, and it has absolutely no place in the United States”.

²⁹ Tradução livre de: ““structural discrimination””.

professores ligados à esquerda política, o que geraria um clima de intolerância face aos que se oporiam a tal visão (Norris, 2021: 7).

Uma das causas para a intensificação destas guerras culturais deve-se ao crescimento de ativistas conectados através das redes sociais (Norris, 2021: 9), sendo que um dos seus principais canais é o *Twitter*. Segundo Eve Ng, o *Twitter* “pode albergar rigidez ideológica e falta de nuance devido à sua típica brevidade textual de qualquer publicação individual, tal como a velocidade em que tais publicações são disseminadas, e a velocidade da troca de interações, que militam contrarrespostas pensadas adequadamente”³⁰ (Ng, 2020: 623).

Para Jaime A. Teixeira da Silva (2021), em última instância, a *cancel culture* corresponde a “uma forma de justiça crua e um protesto social desequilibrado que pode ser vagamente equiparado ao conceito de nomear e envergonhar, ou mesmo de perfilhar socialmente, com a intenção de causar danos irreversíveis à reputação”³¹ (Silva, 2021: 3).

Microagressões

O conceito ganhou popularidade em 2007 através de um artigo de Derald Wing Sue *et al.* (2007), professor na Universidade de Columbia, onde o autor descreve microagressões como “preconceitos diários que chegam de forma verbal, comportamental ou pelo próprio ambiente em que se inserem, intencionais ou não, que comunicam insultos raciais hostis, depreciativos ou negativos em relação a pessoas de cor”.³² (Sue *et al.*, 2007: 1). O termo “microagressões” refere-se então a breves e intencionais atos discriminatórios contra pessoas de grupos minoritários.

Como referem Lukianoff e Haidt, tais atos discriminatórios permanecem infelizmente correntes na sociedade contemporânea, contudo o uso do sufixo “agressão” pode ser enganador e erróneo, visto que o termo engloba ações acidentais e ofensas não intencionais (Lukianoff e Haidt, 2018: 55-56). Mas Andrew Doyle (2021) nota que o termo microagressões leva a que comentários que possam ser proferidos em

³⁰ Tradução livre de: “can foster ideological rigidity and lack of nuance due to the typical textual brevity of any individual post, the speed with which posts are disseminated, and the rapidity of online exchanges, which militate against considered responses”.

³¹ Tradução livre de: “Ultimately, “cancel culture” is a form of raw justice and imbalanced social protest that could broadly be equated with the concept of naming and shaming, or social profiling, with the intent of causing irreversible reputational damage”.

³² Tradução livre de: “brief and commonplace daily verbal, behavioral, or environmental indignities, whether intentional or unintentional, that communicate hostile, derogatory, or negative racial slights and insults toward people of color”.

interações quotidianas sejam tomados como insensíveis para grupos marginalizados, promovendo a ideia de que a agressão não depende da intenção (Doyle, 2021: 106). Remover a intenção de um ato pode levar à sua distorção. A agressão é um ato intencional, logo não é menor ou subtil. Como exemplo, Lukianoff e Haidt usam o simples ato de acidentalmente bater contra alguém na rua: houve um choque, contudo não houve intenção de magoar quem sofreu tal encontrão, logo não deve de ser considerado um ato de agressão (Lukianoff e Haidt, 2018: 46).

Numa tabela onde se propõe esclarecer os estereótipos negativos existentes em diversos exemplos de microagressões, Sue *et al.* dão como exemplos ocorrências do tipo de uma mulher branca esconder a sua mala quando passa por uma pessoa negra ou alguém afirmar que, por ser mulher, compreende as dificuldades que uma minoria racial passa na vida (Sue, *et al.*, 2007: 6). Contudo, nem todos os exemplos dados por Sue sugerem hostilidade ou intenções negativas em relação a um outro grupo étnico, racial ou sexual. Por exemplo, o facto de uma pessoa branca dizer “acredito que a pessoa mais qualificada deva de conseguir o emprego”³³ (Sue *et al.*, 2007: 6) não implica qualquer relação de hostilidade ou discriminação em relação a outra pessoa de acordo com os estereótipos formados à sua volta. Estas acusações decorrem apenas da interpretação do ouvinte, sendo que, explica Sue, quando um estudante negro ouve o comentário “acredito que a pessoa mais qualificada deva conseguir o emprego” mentalmente traduz para “pessoas de cor recebem vantagens injustas por causa da sua raça” (Sue *et al.*, 2007: 6).

Conforme Lukianoff e Haidt referem, se alguém, sem intenção, profere ou age de maneira ofensiva para com algum grupo sem ter a intenção de discriminar o recetor, então não pode ser acusado de intolerância ou discriminação, mesmo que proceda ao apropriado pedido de desculpas (Lukianoff e Haidt, 2018: 49). Porém, alguns ativistas são defensores de que a intolerância não se encontra na intenção, mas no impacto das palavras ou atos. Como exemplifica Jamie Utt (2013), se o membro de um grupo identitário se sente ofendido ou oprimido pelas ações de outro indivíduo, então essa pessoa é culpada de um ato de discriminação.

³³ Tradução livre de: “I believe the most qualified person should get the job, regardless of race”.

*

O Politicamente Correto surge então como um termo ligado à Nova Esquerda norte americana, albergando os termos suprarreferidos. Não tendo por base um poder legislativo, possui predominantemente um poder social capaz de oprimir e homogeneizar o pensamento público. Como tal, torna-se preponderante reconhecer o seu impacto no contexto de uma democracia liberal, nomeadamente o perigo de autoritarismo.

Capítulo 2.

Democracias Liberais e Autoritarismo

Após a abordagem explanatória que levamos a cabo do termo *politicamente correto* no capítulo anterior, o presente capítulo da dissertação incidirá sobre as relações entre democracia liberal e autoritarismo.

Democracia e liberdade

Segundo a *Enciclopédia Moderna Larousse* (2009), democracia define-se como um “Regime pol. no qual o povo exerce a sua própria soberania, sem um órgão representativo intermediário (democracia direta) ou através de representantes interpostos (democracia representativa). Os seus valores fundamentais são a igualdade e a liberdade.” (Larousse, 2009: 2274).

Para Norberto Bobbio, a democracia apresenta três tradições históricas: a clássica, segunda a qual a democracia é o governo do povo (detentores de cidadania), ao contrário da monarquia e da aristocracia que são governos de um ou de poucos. A segunda é a teoria medieval, com origem romana e apoiada na soberania popular, no sentido em que há uma soberania representativa ou ascendente. A terceira é a teoria moderna, ou teoria de Maquiavel, que nasce com o Estado Moderno na forma das grandes monarquias, dividindo as formas de governar em monarquia ou república (Bobbio, 1983: 797-798).

Como surge a democracia e como evoluiu até à democracia liberal que hoje se difundiu pelo globo? Com o seu nascimento na Grécia Antiga, a democracia original surge aos Atenenses de uma maneira primitiva, mas é com ela que se criam as bases para a democracia atual. Em *Democracy: A History* (2005), John Dunn destaca duas personalidades: Péricles, que descreve a democracia com entusiasmo; e o Velho Oligarca, um autor desconhecido que escreveu a Constituição Ateniense, e cuja obra foi preservada juntamente com a obra de Xenofonte (Dunn, 2005: 24-28).

O primeiro é o líder político que levou Atenas à sua própria destruição. Dunn refere-se a Péricles através de Tucídides, que escreve a Oração de Péricles. Sendo esta verídica ou uma composição de Tucídides para engrandecer a *História da Guerra do*

Peloponeso, o que é certo é que Tucídides descreve não só o que Péricles disse, como também aquilo que o mesmo pretendia dizer, como refere Simon Hornblower (1997) no primeiro volume de *A Commentary on Thucydides* (1997: 59-60). Péricles foi o líder que, durante um longo período de tempo, manteve a paz entre o povo ateniense (Dunn, 2005: 25), mas a oração imortalizada por Tucídides corresponde ao elogio fúnebre aos falecidos durante o primeiro ano da longa Guerra do Peloponeso. Apesar de os cidadãos por si governados esperarem discursos sobre as valentias heroicas dos seus vizinhos perecidos, Péricles enaltece Atenas, a grande comunidade por quem todos aqueles homens se sacrificaram:

Nada direi das proezas e façanhas guerreiras que nos permitiram alcançar a situação presente, nem da valentia que nós e os nossos antepassados demonstramos defendendo-nos dos ataques dos bárbaros ou dos gregos. Todos as conheceis e por isso não vos vou falar delas. dos gregos. Todos as conheceis e por isso não vos vou falar delas. Mas a prudência e arte que nos possibilitaram chegar a esse resultado, a natureza das instituições políticas e os costumes que nos trouxeram este prestígio, é necessário que sejam ressaltados antes de tudo. Depois, continuarei com o elogio aos nossos mortos. (Moreira, 1995: 15-31).

Para Péricles, Atenas era única, não emulando os sistemas políticos dos seus vizinhos, mas servindo de modelo para os mesmos. O regime democrático não só governa Atenas pela maioria, como também torna todos os cidadãos iguais perante a lei (Dunn, 2005: 26). Trata-se de um modelo dependente do envolvimento da população e, para Péricles, um cidadão ateniense que não participe nos assuntos públicos é o equivalente a alguém segregado da sociedade em que se encontra:

Por outro lado, todos nos preocupamos de igual modo com os assuntos privados e públicos da pátria, que se referem ao bem comum ou privado, e gentes de diferentes ofícios se preocupam também com as coisas públicas. Nós consideramos o cidadão que se mostra estranho ou indiferente à política como um inútil à sociedade e à República. (Moreira, 1995: 15-31).

Já para o autor de *A Constituição dos Atenienses*, a democracia não era merecedora das glórias oradas por Péricles (Marino, 2020: 7). Contudo, continha uma ordem política coerente, dando deliberadamente poder aos mais desfavorecidos: “porque é o *demos* que move os barcos e confere a potência à cidade” (Marino: 2020, 8). Para o Velho Oligarca, ou Pseudo-Xenofonte, independentemente do país, todos os

provenientes de uma classe social superior seriam contra a implementação de uma democracia já que o sistema existente lhes é vantajoso e porque a pobreza ignorância do povo levará a um país malgovernado (Marino, 2020: 9):

Em cada lugar da terra o melhor é oposto à democracia. Nos melhores, de fato, a intemperança e a injustiça são mínimas, enquanto é grande o zelo para as coisas vantajosas. Por outro lado, no *demos* são máximas a ignorância, a desordem e a maldade. De fato, sobretudo a pobreza os leva para as ações vergonhosas e a falta de educação,¹³ e por causa da falta de bens há ignorância em alguns dos homens. (Marino, 2020: 9).

Os gregos tornam-se assim os pais de uma democracia completamente distinta daquela que hoje praticamos. Uma democracia direta, mas limitada, não fosse a exclusão das mulheres, escravos e metecos da cidadania e eleição, o que é hoje dado como um princípio básico da democracia (Larousse, 2009: 2274). Porém, muito poucas fontes foram encontradas sobre a democracia na Grécia Antiga, levando a crer que pouco foi escrito, ou então mal preservado (Dunn, 2005: 49).

Segundo David Stasavage (2020), existem alguns elementos cruciais naquilo que descreve como “democracia primitiva”³⁴ (Stasavage, 2020: 29), sendo o mais importante a necessidade de quem governa obter o consentimento para as suas decisões através de um conselho ou assembleia (Stasavage, 2020: 29).

Durante a Idade Média, existiam pequenas comunas, na Flandres e na Itália, que detinham experiências próximas da democracia, através de elementos como as assembleias representativas eleitas pelo povo. Contudo, só as assembleias inglesas viriam a beneficiar de algum poder após a assinatura da Magna Carta de 1215 e o princípio da aceitação dos impostos pelo Parlamento (Larousse, 2009: 2275).

Apenas com o Renascimento é que se voltou a falar propriamente do termo “democracia”, tendo ressurgido através de Andreu Bosch, que descreveu a Constituição da Catalunha como democrática, porque “na lei comum, em todas as repúblicas e cidades, o governo é simplesmente o povo” (Gelderen e Skinner, 2007: 280).

No século XVII algumas obras reintroduziram a democracia no vocabulário político, como o *Tratado Político* (2004) de Baruch Espinoza. Tanto o seu *Tratado*

³⁴ Tradução livre de: “early democracy”.

Teológico-político como o *Tratado Político* referem um tipo de democracia mais próxima da democracia liberal que vivemos hoje e que Espinoza descreve da seguinte forma:

Pelo que precede, é manifesto que podemos conceber diversos géneros de democracia; o meu desígnio não é falar de todos, mas de me cingir ao regime em que todos os que são governados unicamente pelas leis do país, não estão de forma alguma sob a dominação de um outro, e vivem honrosamente, possuem o direito de sufrágio na Assembleia suprema e têm acesso aos cargos públicos. Digo expressamente que são regidos unicamente pelas leis do país para excluir os estrangeiros, súbditos de outro Estado. Acrescentei a estas palavras que não estão sob a dominação de um outro para excluir as mulheres e os servidores, que estão sob a autoridade dos maridos e dos senhores, as crianças e os pupilos, que estão sob a autoridade dos pais e dos tutores. (Espinoza, 2009: 148-149).

Espinoza acreditava que a democracia era a estrutura política mais próxima de toda a autoridade política, era o regime mais natural, sendo o que se encontrava mais perto de preservar a liberdade concedida pela natureza ao ser humano (Dunn, 2005: 66-67). No Estado democrático de Espinoza, cada indivíduo pode alterar a organização do seu Estado através de “um processo de decisões comuns consensuais”³⁵ (Cuzzani, 2014: 108).

É a Inglaterra que, como consequência das revoluções do século XVII, adota um primeiro regime democrático, tendo o *Habeas Corpus* (1679) e a Declaração dos Direitos (1689) como as primeiras declarações governamentais democráticas (Larousse, 2009: 2275).

Só no século seguinte é que a democracia volta a surgir de forma proeminente por entre os pensadores europeus. Primeiro por Montesquieu, cujo *De l'esprit des lois*, publicado em 1748, reafirma a separação de poderes defendida por John Locke em *Two Treatises of Government and a Letter Concerning Toleration*, publicado em 1690. Após Montesquieu, surge o apóstolo da democracia direta, Jean-Jacques Rousseau e a sua obra *Du contrat social, ou Principes du droit politique*, publicada em 1762.

Durante todo este período de brilhantismo por entre os intelectuais europeus, surgem também dois grandes eventos que servem ainda como referência às democracias ocidentais: a revolução francesa e a revolução americana. A Revolução

³⁵ Tradução livre de: “process of consensual common decisions”.

americana é uma reação à ausência de representação política das colônias, colocando em causa as suas liberdades. A luta das colônias conduziu à independência dos estados americanos e o nascimento de uma Constituição construída através de liberdade política e a implementação de conclusões alcançadas num processo de deliberação pública (Dunn, 2005: 73). Seis anos depois, em 1789, viria a ocorrer a Revolução Francesa, que forja a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, que ainda hoje inspira as constituições democráticas liberais, na medida em que o que caracteriza as democracias liberais é a ideia de direitos individuais, que não existia na antiguidade (Dunn, 2005: 72).

Ambas as revoluções diferem nas suas causas e resultados, contudo devem ser incluídas na cronologia da democracia, que recebeu pleno reconhecimento com o aristocrata francês Alexis de Tocqueville, que, apesar de crítico da democracia, torna-se no primeiro autor a realçar as suas qualidades como experiência política moderna (Dunn, 2005: 73). É também o primeiro teórico a fazer uma cronologia e análise à evolução da democracia, apresentando a evolução democrática como resultado final e inelutável do combate liberal (Larousse, 2009: 2275).

Democracia e liberdade de expressão

Mas como é que poderemos aferir se um regime é ou não democrático? Em *Liberdade e Informação* (2011), José Manuel Fernandes sugere que a melhor forma de se fazer tal reconhecimento é através da verificação do cumprimento de três regras básicas avançadas por Ralf Dahrendorf: “que é possível mudar de governo sem violência; que existe um sistema de pesos e contrapesos; capaz de limitar o poder a quem o detém e, por fim, que tal regime consegue assegurar que o povo tem sempre direito a exprimir-se” (Fernandes, 2011: 43).

Todas estas condições pressupõem uma liberdade fundamental: a liberdade de expressão. e aceitamos o princípio de que todos os homens podem agir da sua maneira predileta, desde que mantenham o respeito pelas convicções e liberdades dos outros homens, então é necessário aceitar uma diversidade de valores que podem concorrer entre si (Fernandes, 2011: 35). Em *On Liberty* (1859), John Stuart Mill defende que “qualquer opinião que for compelida a ser silenciada pode, por tudo o que podemos

certamente saber, seja verdade. Negar isso é assumir a nossa própria infalibilidade”³⁶. O autor inglês insiste ainda que, mesmo que uma opinião silenciada seja errônea, poderá conter em si uma porção de verdade e como em qualquer debate as verdades nunca poderão ser absolutas. Para Mill, é apenas através do confronto de ideais contraditórios que se pode descobrir uma verdade mais completa (Mill, 2003: 118). O autor refere ainda que a importância da contradição de uma opinião serve para obrigar os defensores de cada opinião a constantemente reavaliarem a sua posição e perceberem o argumento que defendem, de forma a posteriormente não se vir a tornar num dogma por falta de desafio ou compreensão. Mill não crê no ser humano como um ser infalível, logo pressupõe que haverá sempre uma hipótese de o mesmo estar errado quando dá uma verdade por absoluta.

Autoritarismo

O autoritarismo surge como uma corrente do pensamento político alemão no século XIX, apresentando-se inicialmente como força de resistência contra a unificação nacional e a industrialização, sendo que mais tarde viria a guiar ambos os movimentos (Bobbio, 1983: 251).

Segundo Norberto Bobbio (1983), a expressão é designada como uma “situação na qual as decisões são tomadas de cima, sem a participação ou o consenso dos subordinados” (Bobbio, 1983: 244) e pode ser empregue em três contextos: “na estrutura dos sistemas políticos, nas disposições psicológicas a respeito do poder e nas ideologias políticas” (Bobbio, 1983: 245). Porém, é também na “relação entre comando apodítico e obediência incondicional” (Bobbio, 1983: 246) que se caracteriza o autoritarismo, que surge para Bobbio como uma manifestação degenerativa da autoridade:

A autoridade, no caso, é entendida em sentido particular reduzido, na medida em que é condicionada por uma estrutura política profundamente hierárquica, por sua vez escorada numa visão de desigualdade entre os homens e exclui ou reduz ao mínimo a participação do povo no poder e comporta normalmente um notável emprego de meios coercitivos. É

³⁶ Tradução livre de: “if any opinion is compelled to silence, that opinion may, for aught we can certainly know, be true. To deny this is to assume our own infallibility”.

claro, por conseguinte, que do ponto de vista dos valores democráticos, o Autoritarismo é uma manifestação degenerativa da autoridade. (Bobbio, 1983: 246)

O autor realça ainda que “o pensamento autoritário não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade política, mas faz desta organização o princípio político exclusivo para alcançar a ordem, que considera como bem supremo” (Bobbio, 1983: 248- 249).

Com a implementação das democracias liberais em quase todo o continente europeu, os movimentos de cariz autoritário tiveram que se adaptar ao sistema dominante. Contudo, estará o autoritarismo ligado à ideologia política de direita? Segundo Bobbio, a resposta é um não. O autoritarismo surge-nos como um exercício do poder exercido numa hierarquia vertical, onde no topo da pirâmide surge um ator político (ou um reservado grupo de atores políticos) que detém o controlo das instituições políticas do seu país. De um certo modo, é retirado todo o poder independente às instituições democráticas, que passa a ser exercido pela grande figura estatal e autoritária.

Norberto Bobbio (1983: 246) descreve o princípio da autoridade como:

A centralidade do princípio de AUTORIDADE (V.) é um carácter comum do Autoritarismo em qualquer dos três níveis indicados. Como consequência, também a relação entre comando apodítico e obediência incondicional caracterizam o Autoritarismo. A autoridade, no caso, é entendida em sentido particular reduzido, na medida em que é condicionada por uma estrutura política profundamente hierárquica, por sua vez escorada numa visão de desigualdade entre os homens e exclui ou reduz ao mínimo a participação do povo no poder e comporta normalmente um notável emprego de meios coercitivos. É claro, por conseguinte, que do ponto de vista dos valores democráticos, o Autoritarismo é uma manifestação degenerativa da autoridade. Ela é uma imposição da obediência e prescinde em grande parte do consenso dos súditos, oprimindo sua liberdade. (Bobbio, 1983: 246)

Porém, não só o pensamento autoritário resguarda uma comunidade hierárquica da sociedade política, como também faz uso desta comunidade como o seu princípio político exclusivo de forma a alcançar a ordem que, segundo Bobbio (1983: 248-249), é considerada a peça basilar para a sociedade autoritária.

Estas doutrinas são, por tendência, antirracionais e anti-igualitárias, procurando trocar uma alteração hierárquica fundada pela razão humana por uma

organização de hierarquias naturais, “sancionadas pela vontade de Deus e consolidadas pelo tempo e pela tradição ou impostas inequivocamente pela sua própria força e energia interna” (Bobbio: 1983, 249).

Norberto Bobbio cita três autores como alguns dos principais influenciadores do autoritarismo na política prática (1983: 251). Entre eles surge Karl Ludwig von Haller, com *Restauration der Staatswissenschaften* (1816), obra que constrói uma teoria nacionalista e contrarrevolucionária baseando-se na idealização do estado patrimonial da Idade Média; o autor sugere ainda Friedrich Julius Stahl, que, em *Über Ehre als Triebfeder der neuern Monarchie* (1823), teoriza sobre a monarquia hereditária legítima de direito divino, o que contribui para moldar o modelo conservador da monarquia prussiana. Por fim, refere Heinrich Treitschke e a obra *Politics* (1916), que compreende uma compilação póstuma dos seus pensamentos políticos e que se tornou parte integrante do pensamento do império alemão.

A crise da democracia liberal

Em *Twilight of Democracy* (2020), Anne Applebaum descreve a pesquisa realizada por Karen Stenner que argumenta que cerca de um terço da população de cada país possui uma predisposição autoritária (2020: 17). Uma predisposição autoritária é um traço de personalidade de alguém que “favorece a homogeneidade e ordem”³⁷ (2020: 17), sendo que o contrário da mesma é uma predisposição libertária, que “prefere diversidade e diferença”³⁸ (2020: 18). Para Stenner, ambas podem surgir como predisposições silenciosas, ou seja, crenças em que os cidadãos acreditam, mas que não tomam uma ação de forma a concretizá-las. Stenner não vê a definição de personalidade autoritária como algo político, de forma a não o confundir com conservadorismo, mas sim como sinónimo de uma personalidade anti pluralista e alérgica ao debate, independentemente das afiliações políticas do indivíduo em estudo (Applebaum, 2020: 18).

De que forma é que a mentalidade autoritária tem crescido a nível político no mundo ocidental?

³⁷ Tradução livre de: “one that favors homogeneity and order”.

³⁸ Tradução livre de: “one that favors diversity and difference”.

Segundo os dados do relatório anual da Freedom House (2022), o mundo encontra-se há dezasseis anos em declínio democrático, no sentido em que todos os anos há mais países a decrescer no seu índice democrático do que aqueles que crescem. Curiosamente, a clivagem aumentou substancialmente durante os anos pandémicos de 2020 e 2021.

No momento contemporâneo onde a democracia se tornou num valor de escala global, enaltecer a democracia tornou-se uma prática quase universal (Schedler e Sarsfield, 2007: 638). Devido a esta prática, e a os termos de avaliação dos índices democráticos serem demasiado vagos, os mesmos defendem que os índices realizados podem levar a que quem faz parte do inquérito responde com uma preferência pela democracia sem que tenha nenhum conteúdo concreto sobre a especificidade democrática (Schedler e Sarsfield, 2007: 639).

De onde advém um maior desinteresse pela democracia? Que indicadores o poderão apontar? Para David Van Reybrouck (2016), a resposta é que não há só uma explicação. Para o autor belga, até os democratas mais convictos começam a sentir-se afligidos com a democracia, principalmente na Europa (Van Reybrouck, 2016: 10). Segundo o Eurobarómetro da Primavera de 2021, cerca de metade (49%) dos cidadãos da União Europeia confiam nesta Organização Internacional, enquanto a tendência é decrescer a nível nacional. Apenas 37% dos cidadãos europeus possuem confiança no seu governo nacional e 35% confiam no seu próprio parlamento (European Commission, 2022). De acordo com David Van Reybrouck, algumas das razões apontadas para o crescimento da desconfiança advém da apatia resultante do crescente individualismo e consumismo (Van Reybrouck, 2016: 11). Para o autor, há ainda três sintomas importantes que podem estar a corroer a democracia ocidental, devido a criarem uma crise de legitimidade: o crescimento da abstenção, que atingiu uma média abaixo dos 77%, correspondente a níveis pré-Segunda Guerra Mundial. E é possível detetar essa tendência mesmo nos países que preveem voto obrigatório, como é o caso da Bélgica, que passou 4,91% em 1971 para 10,78% em 2010 (Van Reybrouck, 2016: 12-13). O segundo fator é que para além do aumento da abstenção, deu-se uma diminuição no *turnover* eleitoral. Para o autor belga, os cidadãos europeus que votam podem ainda reconhecer legitimidade nas eleições, mas demonstram uma menor lealdade partidária,

estando os números do *turnover* eleitoral entre os 10% e os 30% (2016: 13). O terceiro, e último, surge na mesma linha, estando ligado à queda do número de cidadãos afiliados a um partido político. Por entre os Estados Membros da União Europeia, menos de 4,65% da população elegível está afiliada a um partido político (2016: 13). Não só a legitimidade está em causa, como também a própria eficiência. Para este argumento, o autor aponta como indicadores a instabilidade das coligações ou o tempo que pode demorar até que uma proposta de legislação vá a voto (2016: 14).

Durante a pandemia de Covid-19, os governos nacionais necessitaram de tomar medidas potencialmente antidemocráticas de forma a proteger a população e os seus serviços de saúde. Isso originou divisões sociais profundas como Ivan Krastev e Mark Leonard (2021) notaram. Poderíamos falar, então, de três tribos que atualmente habitam a Europa:

os “Confiantes”, que acreditam nos governos e que estão convencidos de que a única razão por detrás das restrições era a necessidade de parar a propagação do vírus; os “Desconfiados”, que acreditam que os governantes impuseram as restrições para encobrir falhas; e os “Acusadores”, que pensam que os governos estão a instrumentalizar a pandemia para aumentar o seu controlo sobre as pessoas (Krastev e Leonard, 2021).

A reação dos descritos como desconfiados e acusadores está geralmente associada a eleitores que sofrem da síndrome de *Fatiga Democrática*³⁹ e que identificam quatro fatores aos quais atribuir culpas: políticos, democracia, democracia representativa e culpa da democracia representativa-eleitoral (Van Reybrouck, 2016: 18).

Em primeiro lugar, aos políticos que seriam “carreiristas, à procura de dinheiro e parasitas”⁴⁰ e que estão completamente desajustados à realidade atual, sendo que tal situação é aproveitada pelos políticos populistas, que, servindo-se de chavões bem conhecidos, se aproximam do cidadão comum contra a “elite democrática”⁴¹ (Van Reybrouck, 2016: 18). Em segundo lugar, a democracia, que o autor acusa de se ter tornado demasiado lenta e de discursos enfadonhos, acabando por debilitar o sistema democrático (Van Reybrouck, 2016: 20). Em terceiro, a democracia representativa, que

³⁹ Tradução livre de: *Democratic Fatigue Syndrome*.

⁴⁰ Tradução livre de: “*careerists, money-grabbers and parasites*”.

⁴¹ Tradução livre de: “*democratic elite*”.

acusa de estar mais preocupada com a defesa partidária do que do cidadão comum (Van Reybrouck, 2016: 23). Em último lugar, surge a democracia representativa-eleitoral que, na opinião do autor, é uma das principais causas para a síndrome de Fadiga Democrática, uma vez que o eleitoralismo se parece ter tornado num dogma democrático, quando, na verdade, não precisam de estar obrigatoriamente ligados – só nos últimos duzentos anos é que o eleitoralismo se ligou à democracia (Van Reybrouck, 2016: 30-31).

O especial apelo dos jovens pelo autoritarismo

Ivan Krastev e Mark Leonard revelam que, devido à pandemia, os jovens ficaram com uma sensação de que “o seu futuro tem sido sacrificado em benefício dos seus pais e avós”, tendo por consequência o aumento do cinismo, “com a geração mais jovem da Europa a acreditar menos nas principais motivações dos seus governos ao imporem restrições relacionadas com a pandemia” (Krastev e Leonard: 2021).

Os autores apontam a falta de confiança dos jovens europeus nos seus sistemas políticos e em como tal fator pode vir a ser determinante para o longo prazo da democracia. Zakaria, no seu artigo para a *Foreign Affairs*, lembrava que “todas as vagas democráticas foram seguidas por percalços onde o sistema foi observado como inadequado e onde sistemas alternativos foram pensados por líderes ambiciosos e o povo insatisfeito”⁴² (Zakaria, 1997: 42).

Em *The Democratic Disconnect* (2016), Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk descrevem uma desconexão democrática entre as gerações mais novas e a democracia moderna. Nos dados apresentados, as pessoas mais velhas, principalmente as que viveram entre as guerras, continuam a defender de forma fervorosa a democracia, tendo-a como algo essencial. Contudo, as gerações mais jovens, como os *millenials* (cidadãos nascidos depois de 1980), tornaram-se mais indiferentes à mesma. A título de exemplo, apenas um em cada três *millenials* holandeses dá máxima importância a viver numa democracia; nos Estados Unidos da América, o número é ainda mais baixo, rondando os 30% (Foa e Mounk, 2016: 8). Para os autores, trata-se de um efeito geracional: comparando com dados de 1995, os autores verificaram que a geração correspondente era muito mais democrática, tendo uma percentagem de apenas 16%

⁴² Tradução livre de: “Every wave of democracy has been followed by setbacks in which the system was seen as inadequate and new alternatives were sought by ambitious leaders and restless masses”.

de jovens norte-americanos que se poderiam considerar como antidemocráticos, sendo que, nos dados de 2011, esse número, dentro da mesma baliza de idades, aumenta para os 24% (Foa e Mounk, 2016: 8-9).

De acordo com Foa e Mounk, os cidadãos possuem uma aliança abstrata à democracia, enquanto, simultaneamente, rejeitam muitas das principais “normas e instituições que são tradicionalmente consideradas como ingredientes necessários para um governo democrático”⁴³ (Foa e Mounk, 2016: 9).

Ao contrário do defendido por David Van Reybrouck, Foa e Mounk defendem que um apoio à democracia deve incluir o apoio as eleições regulares e aos valores liberais, como a proteção de direitos e liberdades civis (Foa e Mounk, 2016: 9).

Apesar da ausência de dados pré-2005 sobre a evolução do conceito de democracia, os autores analisam as diferenças geracionais usando dados europeus e norte-americanos. A partir desses dados, observaram que as atitudes em relação às instituições liberais não diferem radicalmente entre gerações diferentes. Contudo, nos *millennials*, uma conceção liberal de democracia não é algo tão entrosado como nos pais (denominados como *baby-boomers*, ou seja, pessoas que nasceram nas primeiras duas décadas após o final da Segunda Guerra Mundial). Entre os *baby-boomers* ocorre uma percentagem de 41% de pessoas que acreditam ser “absolutamente essencial” viver numa democracia onde os direitos civis protegem os cidadãos. Já entre *millennials*, a resposta desce para 32%. Na União Europeia, os números são, respetivamente, de 45% e 39% (Foa e Mounk, 2016: 10).

Quando a questão é sobre a importância de escolher um líder através de eleições livres, apenas 10% de *baby-boomers* norte-americanos considera que não é importante; entre *millennials*, o número sobe para os 26%. Na União Europeia encontra-se entre os 9% e os 13% (Foa e Mounk, 2016: 11).

Para os autores, um dos potenciais fatores que leva cidadãos nascidos após a Guerra Fria a não expressar fervor pela defesa dos valores democráticos pode prender-se com nunca os terem sentido como ameaçados. Em 1995, nos Estados Unidos da

⁴³ Tradução livre de: “key norms and institutions that have traditionally been regarded as necessary ingredients of democratic governance”.

América, apenas uma em cada 16 pessoas julgava como “bom ou muito bom” o aparecimento de uma ditadura militar – agora, esse número subiu para um em cada seis, o que faz com que não possam ser mais uma minoria ignorada, principalmente porque defendem a existência de um líder forte que não tenha que ser incomodado por parlamentos e eleições, preferindo tecnocracias em que são peritos a tomar as decisões do Estado, ao invés de um governo (Foa e Mounk, 2016: 12-14).

Os autores finalizam com aquilo que são para si as três características que consolidam uma democracia: “o grau de apoio popular ao sistema democrático, o grau ao qual partidos e movimentos antissistema se encontram fracos ou não existentes; e num grau onde as regras democráticas sejam aceites”⁴⁴ (Foa e Mounk, 2016: 16).

Um ano após este artigo, Foa e Mounk juntam-se outra vez em *The Signs of Deconsolidation* (2017), que surge como sequela do *The Democratic Disconnect*. Neste artigo, os autores reforçam o crescente ceticismo em relação às instituições democráticas, tal como o da abertura dos cidadãos a interpretações autoritárias da democracia (Foa e Mounk, 2017: 3). Tal seria possível ver no crescimento de partidos antissistema por toda a Europa, tais como o *FPÖ* (Partido da Liberdade) na Áustria, o *ANO 2011* (SIM 2011) na República Checa, o *Greek Solution* na Grécia, o *AfD* (Alternativa para a Alemanha) ou o *Podemos*, em Espanha (Zulianello, 2019: 332). Em França, dois quintos das participantes de um inquérito realizado em 2015 acreditavam que o seu país deveria estar nas mãos de um governo autoritário, enquanto dois terços dos inquiridos estaria disposto a delegar as funções governamentais em técnicos especializados não eleitos (Foa e Mounk, 2017: 7).

O crescimento de líderes de personalidade autoritária em contextos democráticos, como Viktor Orban, na Hungria, ou Jaroslaw Kaczynski, na Polónia, tem sido percecionado com preocupação por autores como Andrea Kendall-Taylor e Erica Frantz, que apontam para o facto de estes sistemas populistas tenderem a “produzir os piores resultados em comparação com qualquer regime político”⁴⁵. Segundo as autoras, são estes governos que perseguem políticas mais voláteis e uma política externa mais

⁴⁴ Tradução livre de: “the degree of popular support for democracy as a system of government; the degree to which antisystem parties and movements are weak or nonexistent; and the degree to which the democratic rules are accepted”.

⁴⁵ Tradução livre de: “produce the worst outcomes of any type of political regime”.

hostil, tal como tendem a manifestar sentimentos xenófobos, não colaboram completamente com o apoio internacional e são os que possuem menos probabilidade de fazer a transição para a democracia quando o seu Governo cair (Kendall-Taylor e Frants: 2016), como esteve perto de acontecer com Donald J. Trump, após a sua derrota eleitoral em 2020 (Karl: 2021).

Num artigo seguinte intitulado de *Youth and the Populist Wave* (2019), Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk analisam os padrões de voto dos mais jovens durante a vaga de populismo que chegou ao mundo ocidental. Apesar dos poucos estudos existentes sobre os padrões de voto das comunidades mais jovens, Foa e Mounk afirmam que, à data, era notório o desapontamento das novas gerações com as instituições democráticas correntes (Foa e Mounk, 2019: 1014).

As gerações mais jovens encontram-se atualmente num estado de apatia em relação à democracia, ao invés de terem desenvolvido antipatia, visto que apesar de considerarem a democracia como algo ruinoso, não têm uma preferência clara por uma alternativa política (Foa e Mounk, 2019: 1015). Os autores defendem tal argumento apontando à eleição de Donald J. Trump em 2016, quando mais de metade dos eleitores com menos de 30 anos não compareceram às urnas, tendo só um a cada quatro jovens norte-americanos votado no agora ex-Presidente (Foa e Mounk, 2019: 1016).

Apesar disto, os autores não excluem a possibilidade pessimista de existir uma antipatia democrática por parte dos cidadãos mais jovens, visto que fora do Reino Unido e dos Estados Unidos da América, os dados demonstram que os jovens eleitores se têm aproximado mais de partidos extremistas do que do centro político. Isso é demonstrado pelo estudo realizado por Timothy Garton Ash e Antonia Zimmermann (2020), que aponta para que “53% dos jovens Europeus posiciona mais confiança em Estados autoritários do que em democracias no que toca a combater a crise climática”⁴⁶ (Ash e Zimmermann, 2020: 1). Como exemplo, os autores apontam às eleições francesas, onde em 2012 a população mais jovem deu o seu apoio à campanha do moderado François Hollande, enquanto cinco anos depois, mais de metade dos eleitores abaixo dos 25 anos votaram ou na líder de extrema-direita Marine Le Pen ou no líder de extrema-esquerda

⁴⁶ Tradução livre de: “53% of young Europeans place more confidence in authoritarian states than democracies when it comes to addressing the climate crisis”.

Jean-Luc Mélanchon (Foa e Mounk, 2019: 1017). No *Munich Security Report* (2022), é também referido a dificuldade que as democracias liberais europeias têm vindo a apresentar para lidar com as sucessivas crises, tais como a recente crise pandémica e guerra entre a Rússia e a Ucrânia às quais outras se juntam, e que a inércia demonstrada pelas democracias liberais, em contraste com a confiança projetada pelos governos autocráticos, pode levar à corrosão da confiança pública nas instituições democráticas (Bunde, et al., 2022: 14-15).

Em suma, e tendo em conta os conceitos chaves previamente identificados, é possível identificar uma tendência da população ocidental na descrença das suas instituições democráticas, que se traduz em favor de regimes autocráticos que demonstram nos seus discursos uma mais rápida movimentação em prol da resolução dos conflitos existentes.

*

Após uma breve descrição do significado e história da Democracia Liberal e do Autoritarismo terminamos o capítulo com os perigos causados pelas apontadas falhas à Democracia liberal, em especial a falta de legitimidade governamental e a descrença das instituições democráticas. Tais acontecimentos têm originado um crescimento do apelo autoritário. No próximo capítulo relacionaremos este apelo com um dos elementos identificados no movimento do Politicamente Correto: a cultura de cancelamento, que defende o boicote, ou ostracização, de certos membros ou entidades da sociedade.

Capítulo 3.

A cultura de cancelamento

Como decorre dos capítulos anteriores, liberdade de expressão pode ser definida como o princípio básico que defende a liberdade de articular todo e qualquer discurso sem medo de retaliação, censura ou sanção. Em sociedades abertas, isso significa que tudo o que expressamos pode ser sujeito a críticas – mas tal não deve ser entendido como negativo: a crença no discurso aberto e franco é a principal arma contra qualquer posicionamento extremista e significa que estamos mais recetivos ao compromisso. Mais do que isso, e como refere Jonathan Haidt “as pessoas que tentam silenciar ou intimidar os seus críticos tornam-se mais estúpidas, quase como se atirassem dardos ao seu próprio cérebro” (Haidt, 2022), na medida em que as críticas e as opiniões contrárias nos podem levar a pensar melhor.

Contudo, muitos autores têm vindo a argumentar que, nas sociedades ocidentais, temos assistido a um crescente apagamento desse espaço de liberdade e a um movimento crescente de tentativas de silenciamento de posições com as quais discordamos. Como vimos no primeiro capítulo, essas tentativas têm sido designadas com a expressão ampla de cultura de cancelamento (Schlott, 2022). O nosso objetivo no presente capítulo é o de avaliar esta afirmação: conduziu o politicamente correto a uma cultura de cancelamento?

Para responder à nossa pergunta de investigação, utilizaremos exemplos reais e complementaremos a nossa análise com as entrevistas realizadas a três académicos portugueses: o Prof. Doutor André Azevedo Alves, Professor Associado no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica de Lisboa, o Prof. Doutor André Barata, Presidente da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior e Docente no Departamento de Comunicação, Filosofia e Política, e, por fim, o prof. Doutor Nuno Palma, Professor Associado na área de Economia ligado à Escola de Ciências Sociais da Universidade de Manchester.

Uma Cultura de Cancelamento?

Como vimos no capítulo 1, entende-se por cultura de cancelamento uma pressão social realizada por grupos de ativistas contra entidades acusadas de gestos ofensivos,

pretendendo o seu boicote por parte da restante sociedade. O termo acabou por se generalizar em resultado do número crescente de casos que convocaram um silenciamento ou afastamento de certas pessoas, em virtude de as suas ideias não serem politicamente corretas.

Silenciamento de Oradores em Campus Universitários

Um movimento que se tornou comum nos últimos anos foi o cancelamento de debates promovido por minorias ativistas.

Começemos com o exemplo de Claire Guthrie Gastañaga, que em outubro de 2017 fora convidada a discutir liberdade de expressão com o tema “Estudantes e a Primeira Emenda” no Colégio de William and Mary. Gastañaga, à data Diretora Executiva da União das Liberdades Civis Americanas (ACLU) do Estado de Virginia, viu a sua participação ser travada por protestos em campus por um grupo de estudantes ligado ao movimento BlackLivesMatter e que acusavam a ACLU de usar a liberdade de expressão para mascarar a sua alegada defesa de supremacia racial. A palestra foi interrompida durante o seu decorrer através de um representante do movimento (Bauer-Wolf, 2017). Taylor Reveley, Presidente do Colégio, lançou uma declaração repudiando os acontecimentos e durante a palestra, salientando que “silenciar algumas vozes de forma a avançar as causas de outros não é aceitável na nossa comunidade”⁴⁷ (Bauer-Wolf, 2017).

Um outro caso será o de Yaron Brook, Diretor do Instituto de Ayn Rand. Em abril de 2022, Brook foi convidado pela Liberty Society para participar num debate relativo às causas da guerra em relação ao conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Porém, pouco depois de o evento ter começado, as portas foram barricadas por ativistas que, com o auxílio de colunas de som, reproduziram música alta e bateram nas portas, o que levou a que o evento tivesse que ser terminado mais cedo (Terry, 2022). Em causa estariam as suas declarações em relação ao Estado de Israel e o conflito com a Palestina e as sugestões sobre banir a imigração muçulmana na Europa e nos EUA (Brook, 2018). A organização Student Action Bristol, que organizou o protesto, alegou não ter tido outra escolha a não ser bloquear a palestra, alegando que Brook “representa políticas sinistras, que

⁴⁷ Tradução livre de: “Silencing certain voices in order to advance the cause of others is not acceptable in our community”.

danificam os estudantes mais vulneráveis da universidade”⁴⁸ (Donoghue, 2022). Brook aceita o direito ao protesto, mas sugere que, ao invés de o tentarem silenciar, os manifestantes debatam com ele. Alega ainda que deveria haver a possibilidade de intervenção de forças de segurança quando ocorre uma tentativa de cancelamento a um orador (Donoghue, 2022).

Em 1873, Benjamin Disraeli, ex-Primeiro-ministro britânico, afirmou num discurso no parlamento inglês que “uma universidade deve ser um lugar de luz, de liberdade, e de aprendizagem”⁴⁹ (Hume, 132), mas logo em 1974 foi promovida a política de “inexistência de uma plataforma para racistas e fascistas”⁵⁰ adotada pela União Nacional de Estudantes do Reino Unido. Como chama a atenção Mick Hume, ao longo das últimas décadas, aquilo que começou como um movimento para censurar opiniões contrárias desenvolveu-se para censurar qualquer artigo ou palavra que possa “ofender emocionalmente ou magoar estudantes vulneráveis”⁵¹ (Hume, 2015: 134). Como exemplo, o autor refere que o jornal *The Sun* já foi barrado pela união de estudantes devido à existência de uma página regular dedicada a modelos *topless*, como em Portugal acontece em alguns jornais desportivos, como *O Jogo*, mas também pedidos para banir a música *Blurred Lines*, de Robin Thicke, por considerarem que os seus versos se assemelham a atos ligados à violação sexual (Hume, 2015: 134).

Hume apresenta ainda o exemplo, ocorrido em 2014, do cancelamento de um debate sobre o tema “Esta casa acredita que a cultura de aborto britânica nos magoa a todos”⁵², organizado pelo movimento Oxford Students for Life que teria como oradores os jornalistas Tim Stanley, que estaria a favor da premissa, e Brendan O’Neill, que estaria contra a mesma. O debate suscitou logo críticas online devido ao termo “cultura de aborto”⁵³, tendo evoluído contra um debate sobre o aborto a ser realizado por dois homens cisgénero, como referido em comunicado emitido pela Oxford’s Women’s Campaign: “é absurdo pensar que deveríamos de ouvir dois homens cisgénero debater

⁴⁸ Tradução livre de: “Yaron Brook represents a sinister politics, one which harms the most vulnerable students in our university”.

⁴⁹ Tradução livre de: “A university should be a place of light, of liberty, and of learning”.

⁵⁰ Tradução livre de: “No Platform for racists and fascists”.

⁵¹ Tradução livre de: “emotionally offend or harm vulnerable students”.

⁵² Tradução livre de: “This House Believes Britain’s Abortion Culture Hurts us All”.

⁵³ Tradução livre de: “abortion culture”.

sobre o que pessoas com úteros deveriam de fazer com os seus corpos”⁵⁴ (Ambrosino, 2014). O debate acabaria por ser cancelado por colocar potencialmente em perigo a segurança mental dos estudantes de Oxford, que exigiam o seu direito a sentirem-se confortáveis na sua universidade. O debate foi cancelado sobre o pretexto de que o mesmo levantaria “questões de segurança e bem-estar”⁵⁵ (Hume, 2015: 135-136).

Um caso que ocorreu nos Estados Unidos da América foi o de Bruce Gilley, que após um trabalho de pesquisa sobre as sociedades pós-coloniais, escreveu um artigo intitulado *The Case for Colonialism* (Gilley, 2018) – um artigo que, como referem Helen Pluckrose e James Lindsay (2020), se trata de um “contrapeso à tese central da teoria pós-colonial de que o colonialismo é sempre e apenas mau para o colonizado”⁵⁶. O artigo fora revisto e aceite para publicação na revista *Third World Quarterly*, apelando a uma espécie de colonialismo assente no consentimento dos colonizados (Lusher, 2017). Tais afirmações levaram a que surgissem acusações contra o seu autor na Portland State University, onde o autor trabalhava. As acusações pretendiam que o artigo fosse retirado da publicação e que o autor perdesse o seu emprego – algumas vozes pediram mesmo que o seu doutoramento fosse revogado (Pluckrose e Lindsay, 2020: 229).

Mais relevante ainda é a situação de Ayaan Hirsi Ali, defensora dos direitos da mulher e crítica do Islão, que seria condecorada com um grau honorário pela Universidade de Brandeis. Ali cresceu na comunidade académica escrevendo sobre as suas experiências como mulher muçulmana em África (sendo natural da Somália) e descrevendo aquilo pelo que passou, como a mutilação genital ou tentativas de casamento combinado. Mais tarde, mudou-se para os Países Baixos onde foi eleita para o Parlamento. Numa entrevista realizada em 2007, apelou ao encerramento das escolas islâmicas, apelidando a religião como “um culto destrutivo e niilístico de morte”⁵⁷. Quando se tornou pública a condecoração, surgiu o movimento de cancelamento: *bloggers* criticaram a intenção e iniciou-se uma petição online realizada no website *Change.org*, que recolheu milhares de assinaturas (Pérez-Pena e Vega, 2014). Tais

⁵⁴ Tradução livre de: “It is absurd to think we should be listening to two cisgender men debate about what people with uteruses should be doing with their bodies”.

⁵⁵ Tradução livre de “security and welfare issues”.

⁵⁶ Tradução livre de: “nuanced counterbalance to the central thesis of postcolonial theory that colonialism is always and only bad for the colonized”.

⁵⁷ Tradução livre de: “a destructive, nihilistic cult of death.”

manifestações levaram a que a Universidade de Brandeis recuasse, referindo não conseguirem ultrapassar algumas das declarações de Ali que se revelavam contrárias aos valores da Universidade, ainda que a autora permanecesse bem-vinda no campus universitário (Pérez-Pena e Vega, 2014).

J.K. Rowling e a acusação TERF

Um caso diferente de cancelamento pode ser exemplificado pelo que aconteceu com a escritora britânica J.K. Rowling, famosa pela criação da coleção de livros de fantasia *Harry Potter*, em dezembro de 2019. Rowling encontrou-se entre as tendências das redes sociais devido a um *tweet* que levou a acusações de transfobia. O *tweet* em causa dizia:

Vistam-se como quiserem.

Chamem-se o que quiserem.

Durmam com qualquer adulto que consinta em estar com vocês.

Vivam a vossa melhor vida em paz e segurança.

Mas forçar mulheres para fora dos seus trabalhos por afirmarem que sexo é real?

#IStandWithMaya #ThisIsNotADrill⁵⁸ (Rowling, 2019).

As *hashtags* inseridas por J.K. Rowling remetem o leitor para o caso de Maya Forstater, investigadora britânica que foi dispensada do *think tank* Centro para o Desenvolvimento Global⁵⁹, depois de uma série de *tweets* que a associação sem fins lucrativos tomou como transfóbicos. Forstater colocou a associação em tribunal, tendo o juiz decidido contra Forstater, alegando que o discurso da mesma “violava a dignidade das pessoas transgénero e não estava protegido pela lei do Reino Unido”⁶⁰ (Aviles, 2019). Os *tweets* de Maya Forstater argumentavam que “mulheres trans são mulheres”⁶¹ e o apoio da autora britânica levou a vários comentários de outros utilizadores da rede social apelidando os seus comentários de perigosos, devido a esta tratar-se de uma figura pública (Aviles, 2019).

⁵⁸ Tradução livre de: “Dress however you please.
Call yourself whatever you like.
Sleep with any consenting adult who’ll have you.
Live your best life in peace and security.
But force women out of their jobs for stating that sex is real?
#IStandWithMaya #ThisIsNotADrill”.

⁵⁹ Tradução livre de: “Center for Global Development”.

⁶⁰ Tradução livre de: “violated the “dignity” of transgender people and was not protected under U.K”.

⁶¹ Tradução livre de: “trans women are women”.

O assunto viria a esmorecer. Porém, em junho do ano seguinte e novamente através da rede social *Twitter*, J.K. Rowling volta a tecer comentários considerados pela comunidade *online* como transfóbicos, ao partilhar um artigo intitulado de “Opinion: Creating a more equal post-COVID-19 world for people who menstruate” e comentando ter a certeza de que antes haveria uma palavra para descrever pessoas que menstruam: aludindo à palavra mulher (Rowling, 2020). Apesar do *tweet* ter tido uma receção negativa, Rowling voltou a incidir no tópico, criando uma *thread*⁶² onde expõe de forma mais detalhada a sua opinião de que, apesar de respeitar “o direito de todas as pessoas trans de viverem como se sentirem autênticas e confortáveis”⁶³, mas que “se o sexo não é real. Então não há atração por pessoas do mesmo sexo”⁶⁴ e “se o sexo não é real, então a realidade vivida pelas mulheres mundialmente é apagada”⁶⁵, falando em relação à violência sofrida pelo sexo feminino às mãos de indivíduos do sexo masculino (Rowling, 2020).

As respostas vindas das redes sociais não tardaram a chegar, levando a que a autora de *Harry Potter* publicasse uma declaração no seu próprio site, atentando esclarecer o assunto e as acusações de que sofreu desde os comentários realizados em dezembro de 2019: Rowling teria sido, desde então inundada nas suas redes sociais por mensagens acusando-a de ódio e que, nas palavras da própria, “assumiam um direito de policiar o meu discurso”⁶⁶. Entre os insultos recebidos, J. K. Rowling destaca o termo TERF⁶⁷ (Rowling, 2020).

O termo viria então a ganhar destaque, principalmente com o *tweet* de Rowling onde se lia “Guerras TERF”⁶⁸ (Rowling, 2020). A indústria cinematográfica rapidamente respondeu contra a opinião declarada por Rowling, tendo como principais protagonistas os atores da adaptação cinematográfica do franchise de *Harry Potter*, nomeadamente Daniel Radcliffe, Emma Watson, Rupert Grint e Bonnie Wright. O tema causou tanta polémica que levou também a que a Warner Bros, estúdio responsável pelas adaptações dos livros de Rowling, se demarcasse da posição da autora britânica (Vary, 2020).

⁶² *Thread* trata-se de uma série de tweets encadeados utilizados para expressar uma opinião que necessite mais de 280 caracteres.

⁶³ Tradução livre de: “I respect every trans person’s right to live any way that feels authentic and comfortable to them”.

⁶⁴ Tradução livre de: “If sex isn’t real, there’s no same-sex attraction”.

⁶⁵ Tradução livre de: “If sex isn’t real, the lived reality of women globally is erased”.

⁶⁶ Tradução livre de: “assuming a right to police my speech”.

⁶⁷ TERF trata-se de um acrónimo para Radical Feminista Trans-Exclusionária.

⁶⁸ Tradução livre de: “TERF Wars”.

A polémica teve seguimento nos meses seguintes, com diversos outros comentários de J.K. Rowling sobre o assunto, levando a que a autora começasse a receber ameaças de morte e alguns internautas defenderem que se deviam de cancelar novas *spin-offs* que pudessem garantir lucro a J.K. Rowling (Gardener, 2022).

Mallu Magalhães e um videoclipe polémico

Em 2017, a artista musical Mallu Magalhães estreou um videoclipe de uma música intitulada “Você não presta”⁶⁹, onde surge um grupo de bailarinos, maioritariamente negros, a dançar em cenários urbanos inacabados com uma “atmosfera de crueza, precariedade, despojamento” (Bosco, 2017: 100). Os bailarinos surgiam em tronco nu com o corpo cheio de óleo enquanto a artista dança também, mas separada dos bailarinos. Rapidamente surgiram críticas de racismo devido à forma como o videoclip hipersexualizava o corpo negro, enquanto Mallu, “a única branca e única com mais roupas que os demais, desfila e canta entre eles” (Carvalho, 2017), com pedidos para a retirada do mesmo. Mallu vê-se forçada a apresentar um pedido de desculpas nas redes sociais, pedindo pelas ofensas causadas e afirmando ter aprendido com o episódio. Esperava que, desse modo, fosse “aliviado deste espaço de conversa qualquer sentimento de ofensa ou injustiça” (Magalhães, 2017). A publicação foi retransmitida pelos *media* brasileiros, ganhando enorme repercussão, repartido entre apoio e críticas (Folha de São Paulo, 2017).

Debruçando-se sobre o caso, Francisco Bosco relembra que a “relação entre os negros e o sexo, no Brasil, remonta à exploração sexual escravagista, que atravessa o século XX, nas casas de classe média e alta, atenuada, mas não abolida”. Contudo a sua sexualização deve-se à história da vida privada brasileira, onde os “negros não são indivíduos excepcionalmente sexualizados, e sim que a sexualização da sociedade brasileira foi obra do sistema escravista” (Bosco, 2017: 101).

João Vieira, num artigo para o jornal *Vírgula* (2017), expôs os tópicos que considera racistas, e que viriam a ser os principais pontos apontados à controvérsia em volta da artista brasileira. O autor aponta ao corpo besuntado, que remete para “práticas clássicas e mais silenciosamente violentas da comercialização de escravos

⁶⁹ Videoclipe “Você não presta”, por Mallu Magalhães: <https://www.youtube.com/watch?v=hrh6zd5c00Y>

durante o período em que isso era legalizado”; para um momento onde os dançarinos dançam atrás de umas grades que o autor considera como representativo de uma jaula; para o afastamento da intérprete, que se posicionaria como “dona deles”; a hipersexualização do corpo negro pela forma como os dançarinos estão vestidos em relação à própria Mallu; apela ainda que a falta de interação entre a cantora e os dançarinos os torna em objetos decorativos; e, devido à declaração de lançamento onde Mallu refere pretender uma “onda tão urbana como selvagem”, o autor questiona se “os negros representam essa selvageria” (Vieira, 2017).

Para Bosco, trata-se de um caso onde surge a “representação como campo de luta política”, onde são importados e naturalizados preconceitos e efetivados através das redes sociais, onde os mesmos são desconstruídos e onde é demonstrada a sua origem histórica, descontinuando o “circuito reprodutor de preconceitos” (Bosco, 2017: 103). Para Bosco, estas associações levam a preconceitos ativos em áreas como o campo profissional, que para o autor “tende a desvalorizar as capacidades intelectuais das pessoas negras” e no campo dos relacionamentos afetivos, onde o autor considera que as pessoas negras são instrumentalizadas e vistas como “objetos eróticos privilegiados do que como plenos sujeitos para uma relação amorosa” (Bosco, 2017: 103).

Cultura de Cancelamento em Portugal

Um caso ocorrido em Portugal foi o sucedido com Nuno Palma após a conferência que protagonizou durante a convenção do Movimento Europa Liberdade em 2021, sobre o tema “As causas míticas da divergência económica portuguesa” (YouTube, 2021).

O Movimento consistiu em um congresso que agregava e colocava os partidos e pessoas influentes da direita portuguesa em debate sobre o estado do país e com o objetivo de “debater temas como os desafios da Europa no atual contexto mundial e as razões do fraco crescimento português nas últimas décadas” (DN/Lusa, 2019). Nuno Palma, professor de Economia na Universidade de Manchester e investigador do Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, foi um dos convidados para a sessão realizada em 2021, tendo a sua participação ficada envolta em polémica.

A polémica começou com um *tweet* de Pedro Marques, eurodeputado pelo PS, que refere que “um participante foi ovacionado enquanto defendia as virtudes do regime fascista em Portugal” enquanto exibia um curto clipe do discurso, já não disponível no *tweet* original (Marques, 2021). Durante o seu discurso, Nuno Palma declara que “o século XX para Portugal correspondeu a uma enorme convergência com a Europa e esse arranque dá-se com o Estado Novo” (Ferreira e Sampaio, 2021). Rapidamente o visado apelou ao *Polígrafo*, segmento jornalístico que pretende verificar factos de forma a evitar a difusão de *fake news*. O mesmo jornal analisou o discurso completo de Nuno Palma e ainda sobre se o mesmo foi ovacionado por quem estava a assistir à conferência. Quanto à ovação, foi determinada como falsa. Quanto ao discurso de Nuno Palma, tirando “diversos pontos mais subjetivos do discurso”, o único ponto que verificaram como falso foi a declaração de que fora no Estado Novo que António Salazar implementara o Serviço Nacional de Saúde, mas que, porém, “o orador traçou uma demarcação clara quanto ao cariz ditatorial do Estado Novo ao ressaltar que “compreender o Estado Novo é muito importante, não para o defender, uma vez que é indefensável ao nível político” (Ferreira e Sampaio, 2021).

Contudo, os dados estavam lançados. Começando vasta partilha de *tweets* sobre o assunto, o autor do discurso manteve-se ativo na defesa da sua posição, levando a que surgissem artigos de opinião com crispações contra Nuno Palma, como de José Pacheco Pereira, que visa Nuno Palma por afastar a “execranda política” do regime salazarista para que pudesse apresentar a economia ditatorial como algo exemplar (Pereira, 2021). Quem também criticou o discurso de Palma foi Fernando Rosas, historiador e fundador do Bloco de Esquerda, que concorda com o crescimento da economia “a partir da segunda metade dos anos 50 até início dos anos 70, a economia regista um crescimento sem precedentes”, porém fazendo o contraponto com um modelo de modernização conservadora, que o autor descreve como “crescimento económico sem democracia política, sem justiça social e sem sustentabilidade a prazo” (Rosas, 2021). A Pacheco Pereira, Nuno Palma catalogou-o como “o licenciado Pacheco Pereira”, aludindo às colunas que assina como historiador, porém descrevendo-o como alguém que faz política e não história; já quanto a Fernando Rosas, descreve a sua “historiografia

militante antifascista” como “provinciana, sendo a sua influência nacional proporcional à sua completa irrelevância internacional” (Espada, 2021).

O debate escalou por entre a rede social *Twitter* tendo começado os apelos ao cancelamento do professor universitário, que culminaram em denúncias realizadas à instituição onde trabalha, sendo que o mesmo revela que conseguiu explicar as mesmas à Universidade sem grande dificuldade (Espada, 2021).

Na entrevista realizada com Nuno Palma, o professor e investigador defende possuir uma maior liberdade académica no Reino Unido, onde trabalha, do que em Portugal, referindo que apesar de, em Portugal, não se ser preso por uma opinião académica controversa, ocorre uma certa pressão que poderá levar, como por exemplo, há perda de emprego, o que condiciona a tomada de posições públicas que se possam desviar daquilo que é o politicamente correto. Para Palma, as reações que ocorrem em casos de politicamente correto surgem como uma falta de interpretação entre o movimento politicamente correto em distinguir o que é normativo e o que é positivo, por outras palavras, o que são opiniões morais sobre o mundo e o que é uma descrição factual do Mundo e da história. Ou seja, ocorrendo em visões normativas, os visados tornam o tema em debate subjetivo, pondo em causa a própria noção do objetivo. Acrescenta ainda a recetividade por parte dos intelectuais portugueses em aderir ao movimento Politicamente Correto, afirmando sentir maior liberdade para trabalhar em Inglaterra do que em Portugal, onde afirma que há certos temas que não podem ser abordados, ou decisões que não podem ser tomadas em prol de se manter uma carreira, ou a progressividade da mesma.

Como já vimos acontecer em países como nos Estados Unidos da América ou Reino Unido, por vezes ocorre a realização de boicotes a certos eventos de debate ou monólogos sobre visões ligados à política. Um exemplo destes acontecimentos em Portugal, sucedeu-se com Jaime Nogueira Pinto na Universidade Nova de Lisboa. O evento, que iria decorrer em 2017, seria uma palestra-debate sobre o tema “Populismo ou Democracia? O Brexit, Trump e Le Pen em debate”. Viria a ser, porém, cancelado após ameaças à integridade física do orador. Nogueira Pinto rotulou o cancelamento do debate como “um ato de intolerância esquerdista”, porém os dados, segundo o *Diário de Notícias*, são de que

Um grupo de estudantes daquela casa organizou uma palestra, a Associação de Estudantes quis censurá-la e a direção da Universidade, depois de recusar fazê-lo num primeiro momento, acabou por ceder esta tarde, no seguimento de uma moção aprovada pela Associação de Estudantes em que se alegava que o evento estava "associado a argumentos colonialistas, racistas, xenófobos que entram em colisão com o programa para o qual a AEFCSH foi eleita, além de entrar em colisão com a mais básica democraticidade e inclusividade. (Lopes e Petiz, 2017)

A palestra seria organizada pelo grupo Nova Portugalidade, mas a Associação de Estudantes acompanhou a moção com uma nota de repúdio "ao evento e ao cariz ideológico nacionalista e colonialista do núcleo que o promove e que se refere de forma indireta à descolonização no seu manifesto como 'trágico equívoco"'. O diretor da universidade mostrou-se sempre contra o cancelamento, porém decidiu que seria a opção mais viável devido a problemas de segurança que se levantavam após a “escalada do incómodo entre a AEFCSH [Associação de Estudantes] e o grupo Nova Portugalidade” (Lopes e Petiz, 2017).

Na carta de princípios disponível na sua página oficial, o grupo Nova Portugalidade define-se como uma ideia de Portugal “nova sem rejeitar o passado, e a sua missão é reencontrar, resgatar, reinterpretar e relançar a Portugalidade enquanto civilização e agente da História”, definindo a Portugalidade como toda a comunidade portuguesa, luso-descendente e ex-colónias (Nova Portugalidade, 2021).

Em declarações posteriores ao cancelamento do evento, o grupo Nova Portugalidade acusa o Diretor da Faculdade “pois, falta à verdade – e fá-lo-á, decerto, por desejar furtar-se à demissão”, apontando culpas ao mesmo por não ter produzido “referência a um adiamento” ou sugerido uma data alternativa, apontando também as culpas à associação de estudantes da faculdade (Dantas, 2017).

No seguimento do cancelamento, foram exigidos esclarecimentos por parte da bancada parlamentar do CDS-PP, que enviou um requerimento aos ministros da Ciência e do Ensino Superior e ao ministro adjunto que tem a tutela de matérias de cidadania, pedindo o esclarecimento de aquilo que consideraram como um “ataque ao pluralismo democrático”. O objetivo do requerimento era entender se os ministros possuíam algum outro conhecimento sobre a situação e se iriam “tomar medidas para evitar que este

tipo de abusos e ataques à liberdade de expressão e ao pluralismo democrático não possam ocorrer na nossa sociedade” (Antunes, 2017). A reação ministerial não se fez tardar, tendo Manuel Heitor, Ministro do Ensino Superior, feito um telefonema ao reitor da Universidade Nova de Lisboa pedindo “garantias de que o cancelamento da conferência com Jaime Nogueira Pinto não coloca em causa o direito à liberdade de expressão.”, tendo garantido em audição na comissão parlamentar de Educação e Ciência que o reitor da UNL “garantia de que não estava posto em causa o direito à liberdade de expressão”. Em resposta ao ministro, Nilza de Sena, deputada pelo Partido Social-Democrata, manifestando o cancelamento da conferência como “uma clara manifestação de intolerância política e censura à voz de quem não é um 'aparatchik' da esquerda radical”, considerando o caso ser pior por ocorrer entre a população jovem (Lusa/DN, 2017).

Contudo, nem todas as reações foram as de apoio a Jaime Nogueira Pinto. Miguel Tiago, à data deputado pelo Partido Comunista Português, publicou na rede social *Facebook*: “Uma democracia que tolera fascistas é suicida. Uma que os promove é falsa.” (Tiago, 2017). Já Raquel Varela, no seu blogue pessoal, não descreve o cancelamento da conferência como um ataque à liberdade de expressão:

O director, Francisco Caramelo, tinha três opções: ou chamava a polícia – coisa que nenhum director ousa e bem fazer para dentro de uma Universidade; ou adiava a conferência esperando menos barulho – o que fez; ou deixava ter lugar uma batalha campal entre os estudantes de esquerda e os de extrema direita acompanhados pela milícia privada PNR. Optou pela segunda. Daqui a dizer que censurou seja o que for é um passo intolerável – não é censura, é queima de bruxas medieval do bom nome de alguém. (Varela, 2017)

Um terceiro exemplo de expressão do politicamente correto chega-nos através do derrubar ou remover de monumentos que representem marcos ou figuras históricas ligadas a momentos controversos. A nível internacional, tal fenómeno é representado em países como os Estados Unidos da América, França, Bélgica, Itália, Reino Unido ou Nova Zelândia (McEvoy, 2020). Como exemplos, encontramos o decapitar de uma estátua de Cristóvão Colombo em Boston, realizada por um movimento que pretende remover estátuas que comemorem o escravagismo ou colonizadores (Togoh, 2020); em Bristol, no Reino Unido, um grupo de manifestantes derrubou a estátua de Edward Colston e arremessou-a contra o porto da cidade durante um protesto anti-racismo (BBC

News, 2020); na Bélgica, através da remoção de várias estátuas do Rei Leopoldo II, colonizador do Congo (Porterfield, 2020); em Itália surge-nos através do vandalizar de uma estátua de Indro Montanelli, situada em Milão⁷⁰; apesar de Emmanuel Macron, presidente francês, anunciar que a França não irá apagar a sua história ou remover as estátuas que possam causar polémica (Reuters, 2020), manifestantes têm vindo a vandalizar alguns monumentos, como, por exemplo o de Jean-Baptiste Colbert, que no século XVII escreveu o *Code Noir* que definiu a escravatura e temas raciais da França colonial (BBC News, 2020); por fim, na Nova Zelândia, onde quatro esculturas, e um monumento, da cidade de Auckland foram vandalizadas devido à sua ligação ao colonialismo (Bhatia, 2020).

Em Portugal, o fenómeno chega-nos através de dois casos: o primeiro, realizado por um grupo de manifestantes em 2020, vandalizou a estátua do Padre António Vieira em Lisboa, grafitando-a com a palavra “Descoloniza” (Marques, Horta e Gomes, 2020). Não era a primeira vez que a estátua tinha gerado protestos, sendo que, em 2017, Mamadou Ba, líder do movimento SOS Racismo, convocou uma manifestação em frente à mesma, que acabou por não ocorrer devido a, segundo o ativista, a estátua ter sido “guardada por neonazis” (Ferreira e Louro, 2017).

O vandalizar da estátua levou a diversos comentários por parte dos partidos políticos e representantes. Fernando Medina, à data Presidente da Câmara de Lisboa pelo Partido Socialista, reagiu à vandalização através de um *tweet* onde surge a ajudar na limpeza da estátua juntamente com a frase: “A melhor resposta aos vândalos é a limpeza” (Medina, 2020). André Ventura, deputado pelo partido Chega, reagiu também na rede social *Twitter*, com uma fotografia da estátua vandalizada acompanhada de um comentário onde revela que a situação “está a passar os limites” (Ventura, 2020). Catarina Martins, coordenadora do Bloco de Esquerda, afirmou que o vandalizar de tal monumento se tratou de uma “tentativa de descredibilizar o movimento anti-racista” que havia saído à rua após o homicídio do norte-americano George Floyd (Barreto, 2020).

⁷⁰ O vandalizar da estátua deve-se a Montanelli tratar-se de um jornalista ligado à direita italiana que, apesar de haver falecido em 2001, comprou em 1936 um jovem de 13 anos da Eritreia para ser sua esposa enquanto estava a cumprir o serviço militar durante a Segunda guerra entre a Itália e a Etiópia (Wanted in Milan, 2020).

No seguimento do debate causado através da cultura colonizadora manifestada por alguns monumentos, surge um artigo de Ascenso Simões no jornal *Público*, onde o deputado pelo Partido Socialista apela a um novo olhar sobre aquilo que é o passado de Portugal, referindo que o Padrão dos Descobrimentos, representante de uma história privada desenvolvida pelas políticas salazaristas, sendo um “mamarracho” que numa sociedade evoluída “devia ter sido destruído” devido à sua associação colonial (Simões, 2021).

A inauguração do monumento ocorreu em 1960, depois de uma primeira exposição com diferentes materiais realizada em 1943. Durante as comemorações do quinto centenário do falecimento do Infante D. Henrique e surgiu como um ponto alto de uma série de congressos internacionais e edições de luxo, tendo sido inaugurado em função da visita de Estado do à data Presidente brasileiro Juscelino Kubitschek que, durante o seu discurso na cerimónia refere que “exaltamos os nossos heróis pretéritos, não declinamos, porém, do dever de participar dos eventos do nosso tempo.” (Martins, 2021).

Ainda no seu artigo para o jornal *Público*, Ascenso Simões defende que “o salazarismo foi muito eficaz na construção de uma história privativa, garantindo, até hoje, a perenidade dos mitos do desígnio português, dos descobrimentos, ou do império”. Mais tarde, e devido à polémica causada pelo seu artigo, foi entrevistado pelo jornal *Observador*, onde alegou que falta ao povo português perceber que nunca possuiu um império e que os tempos de Portugal como potência colonizadora foram momentos de instabilidade, tanto política como financeira: o império que está na mente dos portugueses “[é] uma construção simbólica do império salazarista” (Dinis, 2021).

As reações não se fizeram esperar, destacando-se as de João Soares, filho de Mário Soares e ex-autarca lisboeta pelo PS, Francisco Rodrigues dos Santos, à data líder do partido CDS-PP ou Paulo Portas, ex-líder do partido anteriormente referido. João Soares, que, enquanto autarca, trabalhou diretamente com o Padrão dos Descobrimentos, refere a medida sugerida pelo também deputado socialista como um indicador da “medida da pérfida e da estupidez que por aí anda” (Soares, 2021). Já Francisco Rodrigues dos Santos considera o artigo de Ascenso Simões como um insulto à História de Portugal, e exigiu ao Primeiro-ministro António Costa “que coloque os seus

Deputados na ordem e trave a “Bloco de Esquerdização” do PS ou então que abra a porta de saída aos que não sabem dignificar o lugar que ocupam” (Santos, 2021). Paulo Portas, no seu programa de comentário na TVI24, refere que:

É mais fácil remover o Padrão dos Descobrimentos do que remover os Descobrimentos. E são os descobrimentos que devemos celebrar sem nenhum complexo. É por eles que se fez a globalização primeira neste mundo. É por eles que Portugal foi grande e é por eles que se fala português em toda a parte (TVI Notícias, 2021).

Durante a entrevista com Nuno Palma, o Professor da Universidade de Manchester observa com naturalidade a chegada do movimento Politicamente Correto a Portugal, devido a fatores de origem histórica e política que se tornam particularmente férteis para este tipo de movimento, como por exemplo a época dos Descobrimentos. Em contrapartida, André Azevedo Alves não crê que venha a chegar às proporções anglo-saxónicas.

Politicamente correto e cultura de cancelamento

Em entrevista a André Azevedo Alves, observamos que o entrevistado analisa o politicamente correto como um conjunto de posições, ideais e julgamentos de valor que decorrem de um juízo de pensamento dominante de modo a responder a um limite do que se pode ou não dizer num espaço público, chamando a atenção para uma inconsistência de argumentação e juízos de valor na defesa de ideais tendencialmente de esquerda, a quem aponta como o uso predominante do politicamente correto. Azevedo Alves defendeu que os movimentos criados pelas minorias não passam de uma instrumentalização de uma imagem pública mais abrangente e não algo em que realmente acreditam. Porém, sente que a presença do movimento não possui expressão suficiente em Portugal e vê a cultura de cancelamento como uma minoria da franja defensora do Politicamente Correto, apesar de ligar o mesmo à existência de um pendor totalitário.

Uma das possibilidades mais colocadas em debate sobre a cultura de cancelamento é a de que, no mundo anglo-saxónico, ocorra uma predominância de professores universitários com ligações à esquerda política (Fazackerley, 2022; Adams and Khalid, 2020; Bouie, 2022). Contudo, e segundo Norris, havendo a “confirmação de um favorecimento progressista de esquerda nos campus ocidentais não implica

necessariamente uma falta de tolerância ao debate pluralista, “doutrinação de esquerda” ou o silenciamento de visões contrárias”⁷¹ (Norris, 2021, 13).

André Azevedo Alves afirma existir um conjunto de discursos, ou de posições, que são estabelecidas como não aceitáveis no espaço público ou pelo menos a quem as tem ou quem as expressa é atribuído o estatuto de indesejável e que esse controlo de linguagem se trata de algo pouco saudável para a democracia e para a discussão pública. André Barata corrobora na transgressão daquilo que é excessivo, porém revela o conceito de “lugar de fala”, o qual associa como paralelo ao Politicamente Correto, tratando-se de uma ação afirmativa, onde se dá um lugar privilegiado numa discussão onde o tema em causa seja um assunto que diretamente lhes diz respeito, como refere para as mulheres e a desigualdade de género. Porém, insiste que este privilégio não deve ser um exclusivo, pois aí tratar-se-ia de uma transgressão e abuso da liberdade de expressão.

Na história moderna e contemporânea, o politicamente correto ganhou dimensão no Ocidente e tem visto a manifestar-se através de vários movimentos e conceitos para a facilitação de uma sociedade mais igualitária e justa. Esta doutrina política estende-se, na opinião de André Barata, à vida quotidiana privada, perdendo assim a sua posição política em detrimento da tentativa de um qualquer cidadão em manter um estatuto social e laboral tido como correto aos dias atuais. Observa ainda a crítica infundada ao Politicamente Correto como um cavalo de Troia: uma espécie de porta de abertura para agendas reacionárias, iliberais e normativas, enquanto o objetivo do politicamente correto é o de defender património dos valores liberais e de inclusão.

Para Barata, os casos analisados sobre o politicamente correto e cultura de cancelamento são apenas referentes a números que não chegam a 10% dos defensores do politicamente correto. Mas este é fundamental em relações assimétricas como um conjunto de práticas discursivas e uma espécie de código moral ou contrato social não falado de forma a promover a inclusão de elementos da sociedade que tenham um passado de discriminação. Barata levanta ainda a questão de que todos os casos que observamos, que afirma deverem de ser sempre denunciados e debatidos, trata-se

⁷¹ Tradução livre de: “confirmation of a progressive left-wing bias on Western campuses does not necessarily imply a lack of tolerance for pluralistic debate, “left-wing indoctrination,” or the silencing of contrarian views”.

apenas de uma pequena percentagem não representativa dos defensores do movimento, e que são geralmente os adversários do politicamente correto que tendem a ser inimigos da liberdade de expressão ou de costumes, dando como exemplos Jair Bolsonaro, Donald Trump ou Vladimir Putin. Distingue ainda aquilo que considera como censura ligada ao Politicamente Correto, definindo como hipocrisia considerar-se que não ter o poder de proferir um insulto homofóbico numa sala de aula é um atentado à liberdade de expressão e uma censura, vendo cancelamento apenas no caso da palestra de Jaime Nogueira Pinto.

Segundo André Barata, o conceito vai muito mais além da sua estruturação e crescimento, deverá ser construído e aplicado a uma educação básica e instruída na população juvenil, para que a mesma possa tomar conta dos ideais e optar pela defesa dos direitos e deveres sociais, políticos e normativos da sociedade que se encontra a construir. Mas quais os limites do Politicamente Correto? Para André Barata, é de que o mesmo só vale para relações assimétricas, como por exemplo entre um professor e um aluno; assim, o politicamente correto não pode ser levado para a esfera do privado (como exemplo, dá a diferença entre conversar com um aluno em contexto de sala de aula ou num contexto de café). Refere ainda o limite da casuística, ou seja, de que cada caso é um caso, não devendo haver intervenção legislativa: sendo um contrato social não falado e uma questão de tato, a criação de uma legislação de limitação da expressão através do politicamente correto transformar-se-ia num paternalismo governamental, que substituiria a capacidade de interpretação das pessoas.

*

Neste terceiro capítulo foram apresentados alguns exemplos ilustrativos sobre o politicamente correto e a presente cultura de cancelamento, mas consubstanciarão estes exemplos um perigo real para as democracias liberais?

Conclusão

Ao longo da elaboração deste trabalho, foram exploradas as temáticas do politicamente correto e do autoritarismo, com especial foco na evolução da cultura de cancelamento. Se o pensamento leva à existência e se a existência leva ao erro, então todos podemos ser cancelados. A questão é: será o politicamente correto uma cultura de cancelamento que ameaça a democracia liberal, contribuindo para um afastamento político em direção a regimes autoritários (independentes da orientação política)?

A resposta será ambígua, porém positiva: o Politicamente Correto surge como a base para o desenvolvimento de uma cultura de cancelamento, que vive ligada ao conceito de *deplatforming*, tendo por base o silenciamento de opiniões controversas ou fora de uma linha normativa. Apesar de, como refere André Barata, os casos serem resultado de minorias inexpressivas, ainda assim a tendência notória é para o seu crescimento, com uma base de apoio cada vez maior. Nota-se, para além disso, uma dificuldade crescente de promover formas de diálogo político, muito em resultado da polarização e radicalização promovida pelas redes sociais (Haidt, 2022). A liberdade de expressão é um pilar das democracias liberais, mas a dinâmica que resulta do politicamente correto põe em causa o seu exercício e fragiliza a capacidade para ouvir opiniões diferentes. Por outro lado, observamos a manifestação de uma contracultura que não só luta pela liberdade de expressão de quem sofreu tentativas de cancelamento, mas que pode levar ao radicalismo dessa franja da sociedade, criando uma polarização política e social.

Tal vai de acordo com o referido por Azevedo Alves, que entende que num mundo ocidental politicamente correto, a divergência e a liberdade passam para segundo plano, o que faz com que os pressupostos da democracia liberal sejam difíceis de ser alcançados. Azevedo Alves alega também que no panorama global não identifica outra pulsão autoritária mais significativa do que a que surge das várias manifestações do politicamente correto.

Nuno Palma é da opinião que há flutuações históricas relativas à predisposição das pessoas a aceitar regimes autoritários, e que tal ocorre em troca de algum benefício

social ou crescimento económico. Refere, portanto, que o politicamente correto é um perigo para as democracias liberais porque serve como um processo de lavagem cerebral, tornando-o assim imune a factos. Para Palma, a presença de um politicamente correto que pretende levar os comportamentos esperados e normas sociais mais longe é um fator de polarização na sociedade, criando certos grupos que depois disputam entre si pela hegemonia cultural.

A tudo isto acresce uma crescente desconfiança das populações ocidentais em relação às instituições democráticas, como registamos no segundo capítulo, com uma tendência para a opção por regimes mais autoritários. Devemos reconhecer, no entanto, e como diz André Barata, que há muitas outras causas para a debilidade das democracias liberais modernas e que quem aponta apenas ao politicamente correto promove uma análise demasiado superficial.

Limites e Linhas de Investigação Futura

Qualquer estudo empírico, mostra-se mais global e completo quanto maior é o universo da sua amostra de dados. Assim sendo, uma das limitações desta dissertação prende-se com a curta amostra de entrevistas. Um número maior de entrevistas realizadas a diferentes posições no eixo político, assim como opiniões especialistas e pessoais permitiria encontrar mais pontos de encontro sobre a temática abordada. Mas este número não pôde ser superior por falta de disponibilidade para participação de alguns dos contactados, deixando assim o trabalho refém das entrevistas que foram concedidas, que naturalmente se reflete e limita as conclusões retiradas.

Algo que poderia ter beneficiado este trabalho de investigação seria igualmente a realização de inquéritos, que complementariam as entrevistas. As respostas obtidas forneceriam uma perspetiva mais clara da atualidade permitindo avaliar o grau de impacto do politicamente correto nos portugueses e perceber se a população possui uma maior inclinação ou afastamento do politicamente correto, e se se encontram, no espectro político, mais à esquerda ou mais à direita.

Ainda assim, a importância do nosso trabalho resulta do contexto e perspetiva histórica do fenómeno que tem vindo a marcar as nossas sociedades. Investigações futuras sobre o tema poderiam contemplar diferentes perspetivas, tal como analisar as

possíveis influências da cultura de cancelamento na sociedade portuguesa, com especial ênfase no nível académico, ou a ligação entre as diferenças de confiança institucional entre gerações com a subscrição das mesmas ao politicamente correto.

Guião da entrevista realizada ao Dr. André Barata

A primeira questão que gostava de lhe colocar é: o que entende pelo conceito do politicamente correto?

Num dos seus artigos publicado no *Jornal Económico*, fala da questão da assimetria no politicamente correto e refere também que quando se julga um autor de um texto por uma expressão textual que não seja inequívoca estamos a apelidar isto de uma sentença de morte à linguagem. Em 2006, numa crónica para o jornal *Público*, intitulada de "Não fui feito para isto", Vasco Pulido Valente descreve a escrita atual como uma "variante de pisar ovos" prosseguindo dizendo que "cada cidadão pode esconder um delator e um explorador do escândalo". Resumindo isto tudo, e focando-se mais a nível global, a que nível é que acha que há uma influência do politicamente correto, e que tipo de influência.

A nível global cresceu uma espécie de luta contra aquilo que é o politicamente correto havendo, principalmente no mundo anglo saxónico, vários debates sendo que alguns deles acabam por levarem à cultura de cancelamento: de debates cancelados. Acha que há essa influência paladina do politicamente correto a nível mundial e se nota já esse tipo de presença em Portugal.

Também no *Jornal Económico*, num artigo seu realizado em 2017 sobre a influência do politicamente correto e das acusações de falta de liberdade de expressão no mundo académico, escreve que "condicionar a liberdade de expressão na universidade é pôr em causa a sua plena assunção como o lugar por excelência da criação de saber e descoberta de verdade". Em Portugal, não podemos dizer há os casos de censura como por vezes acontece no mundo anglo-saxónico, mas tivemos o caso do Dr. Jaime Nogueira Pinto em que houve protestos por causa da sua palestra na Universidade Nova, e tivemos recentemente alguns apupos ao Dr. Nuno Palma aquando

da sua conferência no MEL, que levou depois a que recebesse algumas cartas e e-mails na Universidade de Manchester de forma que a universidade soubesse aquilo que ele andava a discursar em Portugal. A minha questão para si seria se nota também essa influência do politicamente correto ao nível daquilo que é o mundo académico e daquilo que pode ou não trabalhar.

Prosseguindo então para algo um pouco mais sobre o autoritarismo, Yascha Mounk e Robert Foa escreveram um artigo para a *Foreign Affairs* onde referiam que os sentimentos iliberais estavam a crescer entre os jovens. Apontavam diversas causas, fosse nunca terem experienciado um regime autoritário, mas, de forma paralela, e mais ou menos no mesmo ano, surgiu um livro de Greg Lukianoff e de Jonathan Haidt onde referiam que um possível crescimento do autoritarismo estaria relacionado com a influência do politicamente correto na vida dos jovens, principalmente de *Gen Z* e *millenials*. Apontando como principal fator a cultura do *safetyism*, em que as crianças são protegidas desde novas, chegando depois a uma nova cultura, como as universidades, onde não conseguem, por vezes, enfrentar os problemas e surgem casos como, por exemplo na Universidade de Brown em que pediram para alterar alguns currículos na universidade porque havia problemas com o currículo ao nível daquilo que era a exposição a traumas. E creio que isso se está a transpor depois para o mundo extrauniversitário. A minha questão seria se acha que há uma relação entre o crescimento do autoritarismo e a educação e se o politicamente correto está a levar a que se aceitem mais regimes autoritários.

Guião da entrevista realizada ao Dr. André Azevedo Alves

Gostava de começar por lhe perguntar o que é que entende pelo conceito de politicamente correto.

Acha que há neste momento uma influência do politicamente correto na sociedade. Neste caso, a nível mundial, não tanto ao nível específico português. E que tipo de influência?

E nota essa presença já em Portugal?

Em relação ao mundo académico, como já referiu, tivemos já alguns casos. De referir também o caso do Dr. Nuno Palma, durante a conferência que deu no MEL (Movimento Europa Liberdade), este ano. Num artigo seu de 2016, para o jornal *Observador*, escreveu sobre resistir ao lobby LGBT. Cito então um parágrafo que diz: "o que está aqui em causa é denunciar uma minoria ativista de pendor claramente totalitário que visa usar o poder do Estado para moldar a sociedade na exata medida dos seus planos de engenharia social perversa. O perigo dessa minoria é diretamente proporcional à sua ampla influência nas estruturas políticas que (em especial nas transnacionais), na comunicação social e nos sistemas de ensino e investigação: veja-se, por exemplo, o império dos chamados "estudos de género" e a orientação dominante - para não dizer hegemónica - desse tipo de estudos". Pergunto-lhe se concorda ainda com estas suas palavras e se gostaria de se expandir.

Ao nível da língua portuguesa, Lula da Silva foi, curiosamente o primeiro a fazer uma cartilha de recomendações sobre a linguagem e aquilo que se deveria dizer em casos concretos. Tendo em conta que fala do império dos estudos de género e da entrada da nova linguagem, neutra e mais correta, naquilo que é a sociedade

portuguesa, se acha que essa linguagem vai vingar e se tem espaço para fazer parte do quotidiano português.

A nível académico, e numa fase pré-pandemia, houve um caso nos Estados Unidos da América com Peter Boghossian, James A. Lindsay e Helen Pluckrose, denominado de "Grievence studies affair", onde criaram uma série de 20 artigos falsos tendo quatro sido publicados. Houve sete que estavam pendentes para revisão, mas que não foram publicados após a descoberta de que escreviam sob nomes falsos. Nos seus artigos realizavam uma crítica à cultura pós-modernista e aos estudos de género. Tendo escrito, por exemplo, um artigo onde foram recreadas partes do "Mein Kampf", do Hitler, só que com termos recorrentes na cultura feminista, tendo o artigo sido aprovado. Pergunto-lhe se acha que esse tipo de artigos pode chegar a acontecer em Portugal, onde recentemente abriu um Mestrado de Sociologia de Género e da Sexualidade na Universidade do Minho. Crê que algo semelhante pode vir a acontecer, ou se já está a acontecer em Portugal, e se sente algum nível de pressão a nível académico.

Nos Estados Unidos da América, Yascha Mounk e Robert Foa realizaram um estudo onde revelaram que os jovens estavam cada vez menos preocupados com as liberdades. Estando o autoritarismo a crescer se crê que há uma relação entre o crescimento do politicamente correto e o crescimento da falta de preocupação pelas liberdades ou se isto se prende um pouco pela educação e se a mesma nos está a levar a no futuro aceitar regimes autoritários.

Mark Twain escrevia que a história não se costuma repetir, mas muitas vezes rima acha que isso é uma boa forma de descrever o próprio ciclo vicioso e que podemos estar a entrar de um novo crescimento de totalitarismo.

Guião da entrevista realizada ao Dr. Nuno Palma

O tema da entrevista tem a ver com o politicamente correto e o crescimento do autoritarismo nos jovens e por isso gostava de lhe perguntar, inicialmente, o que é que entende pelo conceito de politicamente correto.

Mas como define o politicamente correto como um conceito?

A questão seria se acha que o politicamente correto tem influência na atualidade e que tipo de influência, principalmente estando você no mundo anglo saxónico onde a presença é mais notável. Qual a sua opinião em relação ao assunto?

Como licenciado em História também creio que é importante relembrar que muitas vezes o politicamente correto surge com falhas na análise, causadas através de anacronismos.

Sendo assim, houve o seu caso em Portugal durante este ano e gostava de perguntar se nota que a presença do mundo anglo saxónico está a chegar a Portugal e de que forma. No mundo anglo saxónico vê se já a chegada não só ao nível do quotidiano, como aconteceu com o Bernardo Silva em 2020, no caso com Benjamin Mendy, onde através de tweets proferidos numa brincadeira o Bernardo Silva enviou uma fotografia do doce *Conguito*, que há em Portugal, e foi castigado pela Federação Inglesa e teve que realizar um curso de reeducação contra o racismo. Em Portugal ainda não há cursos de reeducação, mas em Inglaterra, por exemplo, começam já a surgir protestos em relação a discursos de oradores. Acha que há a possibilidade de chegar a esse movimento a Portugal. E como é que sendo que está o movimento em Portugal.

No que toca ao mundo académico, com foco em Inglaterra (onde trabalha) tem sentido de alguma forma que o politicamente correto lhe tenha atrapalhado o trabalho ou única vez que viu, ou que se sentiu importunado foi durante a sua aparição no MEL (Movimento Europa Liberdade)?

Última questão, um pouco global, confronto-o com estudos nos Estados Unidos da América que têm demonstrado que os jovens estão cada vez menos preocupados com as liberdades. Numa sondagem Yascha Mounk e Robert Foa obtiveram a conclusão através dos números em que como havia muitos jovens que estariam dispostos a aceitar um regime autoritário. Que relação é que o Dr. Nuno Palma acha que isto pode ter a ver com uma educação levada pelo politicamente correto e se acha que estamos cada vez mais predispostos a aceitar regimes autoritários.

Referências

- AAUP. (2014). *On Trigger Warnings*. Obtido em 5 de Maio de 2021, de American Association of University Professors: <https://www.aaup.org/report/trigger-warnings>
- Adams, S. J., & Khalid, A. (2020). *Are Colleges and Universities Too Liberal? What the Research Says About the Political Composition of Campuses and Campus Climate*. Obtido em 2 de Junho de 2022, de AEI: <https://www.aei.org/articles/are-colleges-and-universities-too-liberal-what-the-research-says-about-the-political-composition-of-campuses-and-campus-climate/>
- Adekova, R. K. (2020). *Academic freedom in the UK*. Obtido em 19 de Maio de 2022, de Policy Exchange: <https://policyexchange.org.uk/publication/academic-freedom-in-the-uk-2/>
- Agência Lusa. (2022). *Satisfação dos portugueses com funcionamento da democracia “decreceu significativamente”*. Obtido em 25 de Julho de 2022, de CNN Portugal: <https://cnnportugal.iol.pt/politica/democracia/satisfacao-dos-portugueses-com-funcionamento-da-democracia-decreceu-significativamente/20220527/62900c900cf2f9a86ea62712>
- Ambrosino, B. (2014). *Controversy swirls at Oxford after abortion debate is canceled*. Obtido em 2 de Junho de 2022, de Vox: <https://www.vox.com/2014/11/20/7254131/oxford-abortion-debate-canceled>
- Antunes, R. P. (2017). *CDS pede esclarecimentos sobre cancelamento de conferência*. (Observador) Obtido em 7 de Junho de 2022, de Observador: <https://observador.pt/2017/03/07/cds-pede-esclarecimentos-sobre-cancelamento-de-conferencia-nao-estamos-no-prec/>
- Applebaum, A. (2020). *Twilight of Democracy: The Seductive Lure of Authoritarianism* (eBook ed.). Nova Iorque: Penguin Random House. Obtido em 12 de Fevereiro de 2021
- Ash, T. G. (2016). *Free speech: Ten Principles for a Connected World* (eBook ed.). Londres: Atlantic Books. Obtido em Agosto de 23 de 2020
- Ash, T. G., & Zimmermann, A. (2020). In Crisis, Europeans Support Radical Positions. *eupinions*.
- Aviles, G. (2019). *J.K. Rowling faces backlash after tweeting support for 'transphobic' researcher*. Obtido em 22 de Julho de 2022, de NBC News: <https://www.nbcnews.com/feature/nbc-out/j-k-rowling-faces-backlash-after-tweeting-support-transphobic-researcher-n1104971>
- Barreto, D. (2020). *O que dizem os partidos sobre a vandalização da estátua de padre António Vieira*. Obtido em 4 de Junho de 2022, de Sábado: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/o-que-dizem-os-partidos-sobre-a-vandalizacao-da-estatu-a-de-padre-antonio-vieira>
- Bauer-Wolf, J. (2017). *ACLU Speaker Shouted Down at William & Mary*. Obtido em 22 de Julho de 2022, de Inside Higher Ed:

- <https://www.insidehighered.com/quicktakes/2017/10/05/aclu-speaker-shouted-down-william-mary>
- BBC News. (2020). *Edward Colston statue: Protesters tear down slave trader monument*. Obtido em 4 de Junho de 2022, de BBC News: <https://www.bbc.com/news/uk-52954305>
- BBC News. (2020). *France Colbert row: statue vandaliser over slavery code*. Obtido em 4 de Junho de 2022, de BBC News: <https://www.bbc.com/news/world-europe-53163714>
- Beer, T. (2020). *Trump attacks 'Cancel Culture' - But tried recently to cancel these people*. Obtido em 19 de Maio de 2022, de Forbes: <https://www.forbes.com/sites/tommybeer/2020/09/06/trump-attacks-cancel-culture-but-tried-recently-to-cancel-these-people/?sh=331f4e764b2a>
- Bento, A. (2008). *A Língua da "Correção Política"* (eBook ed.). Lusofonia. Obtido em 18 de Outubro de 2021, de http://www.lusosofia.net/textos/antonio_bento_a_lingua_da_correcao_politica.pdf
- Benjamin, C. (2021). *Do safe Spaces Encourage or Curtail Free Speech?* Obtido em 6 de Maio de 2022, de The Perspective: <https://www.theperspective.com/debates/living/perspective-safe-spaces/>
- Berlin, I. (1958). *Quatro ensaios sobre a liberdade* (eBook ed.). Brasília: Ed-Universidade de Brasília. Obtido em 14 de Março de 2022, de https://books.google.es/books/about/Quatro_ensaios_sobre_a_liberdade.html?id=PcAaAEACAAJ&redir_esc=y
- Bhatia, R. (2020). *Auckland's colonial-era statues could be removed after vandalism protests*. Obtido em 4 de Junho de 2022, de Stuff: <https://www.stuff.co.nz/national/300080246/aucklands-colonialera-statues-could-be-removed-after-vandalism-protests>
- Bobbio, N., Matteuci, N., & Pasquino, G. (1993). *Dicionário de política* (11 ed., Vol. 1). (L. Reiner, W. A. Rigueira, C. Ladeira, Edits., C. C. Varriale, G. L. Mônico, J. Ferreira, L. G. Cacaís, & R. Dini, Trans.) Brasília: Universidade de Brasília.
- Bosco, F. (2017). *A Vítima Tem Sempre Razão* (eBook ed.). São Paulo: Todavia.
- Bouie, J. (2022). *Opinion | The Backlash Against C.R.T. shows the republicans are losing ground*. Obtido em 2 de Junho de 2022, de Nytimes: <https://www.nytimes.com/2022/02/04/opinion/crt-backlash-du-bois.html>
- Brook, Y. (2018). *Yaron Brook Show: How to think about Muslims & Islam*. Obtido em 27 de Julho de 2022, de Facebook: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=709689919363561
- Bunde, T., Elsentraut, S., Knapp, N., Carr, R., Hammelehle, J., Kump, I., . . . Mudie-Mantz, A. (2022). *Munich Security Report 2022: Turning the Tide - Unlearning Helplessness*. Munique: Munich Security Conference.
- Campbell, B., & Manning, J. (2018). *The Rise of Victimhood Culture: Microaggressions, Safe Spaces, and the New Culture Wars* (1ª ed.). Londres: Palgrave MacMillan.

- Carvalho, J. (2017). *Por que este clipe de Mallu Magalhães é racista para muita gente*. Obtido em 27 de Maio de 2022, de *Catraca Livre*: <https://catracalivre.com.br/cidadania/por-que-este-clipe-de-mallu-magalhaes-e-racista-para-muita-gente/>
- Clark, M. D. (2020). DRAG THEM: A brief etymology of so-called “cancel culture”. *Communication and the Public*, V, 88-92.
- Cuzzani, P. d. (2015). Baruch Spinoza: Democracy and Freedom of Speech. *Philosophy of Justice*, pp. 95-118.
- Dantas, A. d. (2021). *Nova portugalidade reage à polémica com Jaime Nogueira Pinto*. Obtido em 7 de Junho de 2022, de *Notícias ao minuto*: <https://www.noticiasao minuto.com/pais/758444/nova-portugalidade-reage-a-polemica-com-jaime-nogueira-pinto>
- Dinis, R. (2021). *Deputado do PS defende demolição do Padrão dos Descobrimentos*. Obtido em 6 de Junho de 2022, de *Observador*: <https://observador.pt/2021/02/19/deputado-dos-ps-defende-demolicao-do-padrao-dos-descobrimientos/>
- DN/Lusa. (2019). *Movimento Europa e Liberdade inicia convenção para influenciar política*. Obtido em 7 de Junho de 2022, de *Diário de Notícias*: <https://www.dn.pt/poder/movimento-europa-e-liberdade-inicia-hoje-convencao-para-influenciar-discurso-politico-10419251.html>
- Donoghue, J. (2022). *Debate sparked after University of Bristol students try to 'cancel' controversial speaker*. Obtido em 27 de Julho de 2022, de *Bristol Live*: <https://www.bristolpost.co.uk/news/bristol-news/debate-sparked-after-university-bristol-6923488>
- Doyle, A. (2021). *Free Speech and Why It Matters*. London: Constable.
- Duca, L. (2016). *Donald Trump Is Gaslighting America*. Obtido em 26 de Fevereiro de 2021, de *Teen Vogue*: <https://www.teenvogue.com/story/donald-trump-is-gaslighting-america>
- Dudenhofer, N. (2020). *Is cancel culture effective? How public shaming has changed*. Obtido em 19 de Maio de 2022, de *Pegasus*: <https://www.ucf.edu/pegasus/is-cancel-culture-effective/>
- Dunn, J. (2005). *Democracy: A History*. Nova Iorque: Atlantic Monthly Press.
- Espada, M. H. (2021). *Nuno Palma: O governo é apoio por comunistas e o comunismo é tão nojento quanto o fascismo*. Obtido em 7 de Junho de 2022, de *Sábado*: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/nuno-palma-o-governo-e-apoiado-por-comunistas-e-o-comunismo-e-tao-nojento-quanto-o-fascismo>
- Espinosa, B. (2004). *Tratado Político*. Editorial Estampa.
- European Commission. (2022). *Eurobarometer*. Obtido em 17 de Maio de 2022, de *Europa.eu*: <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/2532>
- Fazackerley, A. (2022). *Government 'pushing England's universities out of teacher training' over leftwing politics*. Obtido em 2 de Junho de 2022, de *The Guardian*: <https://www.theguardian.com/education/2022/may/28/government-pushing-universities-out-of-teacher-training-over-leftwing-politics-say-leaders>

- Fernandes, J. M. (2011). *Liberdade e Informação*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Ferreira, M., & Sampaio, G. (2021). *Convenção do MEL. Orador foi "ovacionado enquanto defendia as virtudes do regime fascista em Portugal"?* Obtido em 7 de Junho de 2022, de Polígrafo: <https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/convencao-do-mel-orador-foi-ovacionado-enquanto-defendia-as-virtudes-do-regime-fascista-em-portugal>
- Ferreira, N., & Louro, M. (2017). *Estátua do Padre António Vieira guardada por "neonazis"*. Obtido em 4 de Junho de 2022, de Público: <https://www.publico.pt/2017/10/05/sociedade/noticia/accao-de-protesto-contra-a-estatua-do-padre-antonio-vieira-barrada-por-neonazis-1787874>
- Foa, R. S., & Mounk, Y. (2017). The Signs of Deconsolidation. *Journal of Democracy*, 5-15.
- Foa, R. S., & Mounk, Y. (2019). Youth and the populist wave. *Philosophy & Social Criticism*, 1013-1024.
- Foa, R., & Mounk, Y. (2016). The Democratic Disconnect. *Journal of Democracy*, 5-17.
- Folha de S. Paulo. (2017). *Após acusação de racismo, Mallu Magalhães pede desculpas por clipe*. Obtido em 27 de Maio de 2022, de Folha de S. Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/05/1887132-apos-acusacao-de-racismo-mallu-magalhaes-pede-desculpas-por-clipe.shtml>
- Friedman, J. (2019). *PC Worlds: Political correctness and rising elites at the end of hegemony*. Nova Iorque: Berghan Books.
- Gardner, A. (2022). *A Complete Breakdown of the J.K. Rowling Transgender-Comments Controversy*. Obtido em 22 de Julho de 2022, de Glamour: <https://www.glamour.com/story/a-complete-breakdown-of-the-jk-rowling-transgender-comments-controversy>
- Gelderen, M. v., & Skinner, Q. (2017). *Republicanism and Constitutionalism in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gilley, B. (2018). The Case for Colonialism. *Third World Quarterly*, pp. 167-185.
- Haidt, J. (21 de 07 de 2022). *As redes sociais corroeram a confiança nas instituições e sequestraram a democracia. São uma perigosa ilusão de liberdade*. Obtido de Expresso: <https://expresso.pt/revista/2022-07-02-As-redes-sociais-corroeram-a-confianca-nas-instituicoes-e-sequestraram-a-democracia.-Sao-uma-perigosa-ilusao-de-liberdade-c1dc9561>
- Hornblower, S. (1991). *A Commentary on Thucydides* (Vol. I). Oxford: Oxford University Press.
- Hughes, G. (2010). *Political correctness: A History of Semantics and Culture*. Malden: Wiley-Blackwell.
- Hume, M. (2015). *Trigger warning: Is the Fear of Being Offensive Killing Free Speech?* (eBook ed.). Londres: William Collins. Obtido em 13 de Julho de 2020
- Jarvie, J. (2017). *TRIGGER WARNING: This is an article about the insidious spread of trigger warnings*. Obtido em 28 de Abril de 2021, de The New Republic:

- <https://newrepublic.com/article/116842/trigger-warnings-have-spread-blogs-college-classes-thats-bad>
- John, R. R. (2019). Freedom of expression in the digital age: a historian's perspective. *Church, Communication and Culture*, pp. 25-38.
- Johnson, K. (2015). *Our identities matter in Core classrooms*. Obtido em 6 de Maio de 2021, de Columbia Spectator: https://www.columbiaspectator.com/opinion/2015/04/30/our-identities-matter-core-classrooms/?rate=A5z2d1z7-E0AJF8gA_6gBN7DJYqeo8OG8Tx_8u7iWSk
- Karl, J. (2021). *Betrayal: The Final Act of the Trump Show*. DUTTON. Dutton.
- Kendall-Taylor, A., & Frantz, E. (2022). *How Democracies Fall Apart: Why Populism is a Pathway to Autocracy*. Obtido em 17 de Maio de 2022, de Foreign Affairs: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2016-12-05/how-democracies-fall-apart>
- Krastev, I., & Leonard, M. (2021). *Como a covid-19 está a dividir a Europa*. Obtido em 17 de Maio de 2022, de Público: <https://www.publico.pt/2021/09/07/opiniao/opiniao/covid19-dividir-europa-1976518>
- Larousse. (2009). *Larousse Enciclopédia Moderna* (Vol. XI). Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Editions Larousse.
- Larousse. (2009). *Larousse Enciclopédia Moderna* (Vol. VI). Rio de Mouro: Círculo de Leitores e Editions Larousse.
- Lexico Dictionaries. (2022). *Rape culture | Meaning and definition for UK English*. Obtido em 6 de Maio de 2022, de Lexico: https://www.lexico.com/definition/rape_culture
- Lopes, G., & Petiz, J. (2017). *Palestra de Jaime Nogueira Pinto cancelada devido a ameaças*. Obtido em 7 de Junho de 2022, de DN: <https://www.dn.pt/portugal/palestra-de-jaime-nogueira-pinto-cancelada-devido-a-ameacas-5708960.html>
- Lukianoff, G., & Haidt, J. (2018). *The coddling of the American mind* (eBook ed.). Nova Iorque: Penguin Books. Obtido em 16 de Dezembro de 2019
- Lusa/DN. (2017). *Ministro ligou ao reitor da Nova por causa da conferência de Jaime Nogueira Pinto*. Obtido em 7 de Junho de 2022, de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/portugal/ministro-ligou-ao-reitor-da-nova-por-causa-da-conferencia-de-jaime-nogueira-pinto-5711429.html>
- Lusher, A. (2017). *Professor's 'bring back colonialism' call sparks fury and academic freedom debate*. Obtido em 3 de Junho de 2022, de The Independent: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/colonialism-academic-article-bruce-gilley-threats-violence-published-withdrawn-third-world-quarterly-portland-university-freedom-speech-a7996371.html>
- Magalhães, M. (2017). *Pedido de desculpas*. Obtido em 27 de Maio de 2022, de Facebook: <https://www.facebook.com/mallumagalhaes/posts/pfbid025d4c8rVFNq2x2uF8k2fhtpgzwcCEkKHcuqx4sQZUs9WygqPjRACy6xTWUMAgjDDI>

- Marino, S. (2020). A “Constituição dos Atenienses” de Pseudo-Xenofonte. *As Origens do Pensamento Ocidental*. Obtido em 13 de Fevereiro de 2022, de <https://www.scielo.br/j/archai/a/zdQRdgNgVWcpkdtz3QgjG6Q/?format=pdf&lang=pt>
- Marques, A. C., Horta, B., & Gomes, J. F. (2020). “Descoloniza”. *Estátua de Padre António Vieira, em Lisboa, foi vandalizada*. Obtido em 4 de Junho de 2022, de Observador: <https://observador.pt/2020/06/11/descolonizacao-estatua-de-padre-antonio-vieira-em-lisboa-foi-vandalizada-com-dizeres/>
- Marques, P. (2021). Obtido em 7 de Junho de 2022, de Twitter: <https://twitter.com/PedroMarquesMEP/status/1397264200678903810>
- Martins, M. J. (2021). *Padrão dos Descobrimentos. A nau da discórdia*. Obtido em 6 de Junho de 2022, de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/cultura/padrao-dos-descobrimentos-a-nau-da-discordia-13388926.html>
- McElroy, W. (2015). *Debate with Jessica Valenti on “Rape Culture.”*. Obtido em 17 de Fevereiro de 2021, de Wendy McElroy Anarchy Page: <https://wendymcelroy.liberty.me/debate-with-jessica-valenti-on-rape-culture/>
- McEvoy, J. (2020). *Here's how statues across the world look after a week of reckoning*. Obtido em 4 de Junho de 2022, de Forbes: <https://www.forbes.com/sites/jemimamcevoy/2020/06/15/heres-how-statues-across-the-world-look-after-a-week-of-reckoning-photos/?sh=649921e66658>
- McNally, R. (2016). *If you need a trigger warning, you need P.T.S.D. treatment*. Obtido em 17 de Julho de 2021, de NYTimes: <https://www.nytimes.com/roomfordebate/2016/09/13/do-trigger-warnings-work/if-you-need-a-trigger-warning-you-need-ptsd-treatment>
- Medina, F. (2020). Obtido em 17 de Julho de 2022, de Twitter: https://twitter.com/fmedinapessoal/status/1271205177232588800?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1271205177232588800%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fobservador.pt%2F2020%2F06%2F11%2Fdescolonizacao-estatua-de-padre-antonio-v
- MEL - Movimento Europa e Liberdade. (2021). *As Causas Míticas da Divergência Económica Portuguesa*. Obtido em 7 de Junho de 2022, de YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=v4zr58fJq6s>
- Mill, J. S. (2003). *On Liberty*. (D. Bromwich, & G. Kateb, Edits.) Yale: Yale University Press.
- Monteiro, M. (2020). *Sobre o Politicamente Correcto*. Lisboa: Objectiva.
- Moreira, A. (1995). Ideal Democrático: O Discurso de Péricles. Em A. Moreira, A. Bugallo, & A. Albuquerque, *Legado Político do Ocidente (O Homem e o Estado)* (Vol. VIII, pp. 15-31). Estratégia.
- News, B. (2011). *French satirical paper Charlie Hebdo attacked in Paris*. Obtido em 25 de Maio de 2022, de <https://www.bbc.com/news/world-europe-15550350>
- News, B. (2015). *Paris attacks: Pope Francis says freedom of speech as limits*. Obtido em 6 de Julho de 2022, de <https://www.bbc.com/news/world-europe-30835625>

- Ng, E. (2020). No Grand Pronouncements Here...: Reflections on Cancel Culture and Digital Media Participation.
- Nierman Foundation. (2022). *1947: Press reaction to hutchins report*. Obtido em 17 de Maio de 2022, de Nierman Foundation: <https://nieman.harvard.edu/articles/1947-press-reaction-to-hutchins-report/>
- Norris, P. (2021). Cancel Culture: Myth or Reality? *Political Studies*.
- Nova Portugalidade. (s.d.). *Carta de princípios*. Obtido em 7 de Junho de 2022, de Nova Portugalidade: <https://www.novaportugalidade.pt/carta-de-principios/>
- Pereira, J. (7 de Junho de 2021). *Estudem, que vos faz falta*. Obtido em 2022, de Público: <https://www.publico.pt/2021/06/12/opiniao/opiniao/estudem-faz-falta-1966155>
- Pérez-Pena, R., & Vega, T. (2014). *Brandeis cancels plan to give honorary degree to Ayaan Hirsi Ali, a critic of Islam*. Obtido em 3 de Junho de 2022, de NYTimes: <https://www.nytimes.com/2014/04/09/us/brandeis-cancels-plan-to-give-honorary-degree-to-ayaan-hirsi-ali-a-critic-of-islam.html>
- Porterfield, C. (2020). *Another statue of King Leopold II comes down in Belgium. Here's why*. Obtido em 4 de Junho de 2022, de Forbes: <https://www.forbes.com/sites/carlieporterfield/2020/06/30/another-statue-of-king-leopold-ii-comes-down-in-belgium-heres-why/?sh=5af538c55504>
- Reuters. (2020). *Macron says France won't remove statues, erase history*. Obtido em 4 de Junho de 2022, de Reuters: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-france-macron-stat-idUSKBN23LOQP>
- Reybrouck, D. V. (2016). *Against elections: The Case for Democracy*. (L. Waters, Trad.) London: The Bodly Head.
- Rogers, R. (2020). Deplatforming: Following extreme Internet celebrities to Telegram and alternative social media. *European Journal of Communication*, 213-229.
- Romano, A. (2020). *Why we can't stop fighting about cancel culture*. Obtido em 18 de Maio de 2022, de Vox: <https://www.vox.com/culture/2019/12/30/20879720/what-is-cancel-culture-explained-history-debate>
- Rosas, F. (2021). *O milagre da economia sem política*. Obtido de Esquerda.net: <https://www.esquerda.net/opiniao/o-milagre-da-economia-sem-politica/75140>
- Rowling, J. K. (2019). Obtido em 22 de Julho de 2022, de Twitter: https://twitter.com/jk_rowling/status/1207646162813100033?s=20&t=99oppx-_bahhTuuyY3x3fw
- Rowling, J. K. (10 de 06 de 2020). Obtido em 22 de 07 de 2022, de Twitter: https://twitter.com/jk_rowling/status/1270749170215903232?s=20&t=0GgbiWCeHd-O8MkJ3TI9xA
- Rowling, J. K. (06 de Junho de 2020). Obtido em 22 de Julho de 2022, de Twitter: https://twitter.com/jk_rowling/status/1269382518362509313?s=20&t=mf-4K4lqSl-jltYBsai5Sw

- Rowling, J. K. (10 de Junho de 2020). *J.K. Rowling Writes about Her Reasons for Speaking out on Sex and Gender Issues*. Obtido em 22 de Julho de 2022, de Jkrowling.com: <https://www.jkrowling.com/opinions/j-k-rowling-writes-about-her-reasons-for-speaking-out-on-sex-and-gender-issues/>
- Santos, F. R. (2021). Obtido em 6 de Junho de 2022, de Facebook: <https://www.facebook.com/francisco.rodriguesdossantos.7/posts/3972822126117632>
- Schedler, A., & Sarsfield, R. (2007). Democrats with adjectives: Linking direct and indirect measures of democratic support. *European Journal of Political Research*, 637-659.
- Schlott, R. (2022). *Five professors tell how they were canceled — and why they fought back*. Obtido em 23 de Julho de 2022, de New York Post: <https://nypost.com/2022/04/30/professors-on-how-they-were-canceled-why-they-fought-back/>
- Sherrer, K. (2018). *What is tokenism, and why does it matter in the workplace?* Obtido em 10 de Abril de 2021, de Vanderbilt Business School: <https://business.vanderbilt.edu/news/2018/02/26/tokenism-in-the-workplace/>
- Shulevitz, J. (2015). *In college and hiding from scary ideas*. Obtido em 14 de Fevereiro de 2021, de NYTimes: <https://www.nytimes.com/2015/03/22/opinion/sunday/judith-shulevitz-hiding-from-scary-ideas.html>
- Silva, J. T. (2021). How to shape academic freedom in the digital age? Are the retractions of opinionated papers a prelude to “cancel culture” in academia? *Current Research in Behavioral Sciences*.
- Simões, A. (2021). *O salazarismo não morreu*. Obtido em 5 de Junho de 2022, de Público: <https://www.publico.pt/2021/02/19/opiniao/opiniao/salazarismo-nao-morreu-1951297>
- Slisco, A. (2021). *Trump blames "cancel culture" for death of opponents to debate him on 2020 election*. Obtido em 19 de Maio de 2022, de Newsweek: <https://www.newsweek.com/trump-blames-cancel-culture-dearth-opponents-debate-him-2020-election-1662880>
- Soares, J. (2021). Obtido em 6 de Junho de 2022, de Facebook: <https://www.facebook.com/joao.soares.104/posts/10225695307028299>
- Stasavage, D. (2020). *The Decline and Rise of Democracy*. Princeton: Princeton University Press.
- Strossen, N. (2018). *HATE: Why We Should Resist It With Free Speech, Not Censorship* (eBook ed.). New York: NY: Oxford University Press. Obtido em 17 de Setembro de 2020
- Sue, D. W., Capodilupo, C. M., Torino, G. C., Bucceri, J. M., Holder, A. M., Nadal, K. L., & Esquilin, M. (2007). Racial Microaggressions in Everyday Life. *American Psychologist*, pp. 271-286.
- Terry, K. (2022). *Bristol university students barricade door to event in bid to 'cancel' controversial speaker Ayn Rand Institute chairman Yaron Brook who backed Muslim immigration ban in US and Europe*. Obtido em 27 de Julho de 2022, de Daily Mail Online: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-10708829/Bristol-university-students-barricade-door-bid-cancel-controversial-speaker-Yaron-Brook.html>

- Tiago, M. (2017). Obtido em 7 de Junho de 2022, de Facebook:
<https://www.facebook.com/miguel.tiago.16/posts/10212241565779349>
- Togoh, I. (2020). *Christopher Columbus statue in Boston beheaded overnight*. Obtido em 4 de Junho de 2022, de Forbes:
<https://www.forbes.com/sites/isabeltogoh/2020/06/10/christopher-columbus-statue-in-boston-beheaded-overnight/?sh=2839df754160>
- Tunhas, P. (2021). *Da China a Portugal*. Obtido em 6 de Setembro de 2021, de Observador:
<https://observador.pt/opiniao/da-china-a-portugal/>
- TVI Notícias. (2021). *Polémica: "É mais fácil remover o Padrão dos Descobrimentos do que os Descobrimentos"*. Obtido em 6 de Junho de 2022, de TVI Notícias:
https://tvi.iol.pt/noticias/videos/polemica-e-mais-facil-remover-o-padrao-dos-descobrimientos-do-que-remover-os-descobrimientos/6032d6f60cf245b9a97cc4f6?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=ed-tvi24
- Utt, J. (2013). *Why your intentions don't really matter*. Obtido em 4 de Março de 2021, de Everyday Feminism: <https://everydayfeminism.com/2013/07/intentions-dont-really-matter>
- Valente, V. P. (2006). *Não fui feito para isto*. Obtido em 26 de Maio de 2022, de Público:
<https://www.publico.pt/2006/03/04/jornal/nao-fui-feito-para-isto-66486>
- Varela, R. (2017). *Uma nova portugalidade*. Obtido em 7 de Junho de 2022, de Raquel Cardeira Varela: <https://raquelcardeiravarela.wordpress.com/2017/03/10/uma-nova-portugalidade/>
- Vary, A. B. (2020). *Warner Bros. Responds to J.K. Rowling Controversy: 'A Diverse and Inclusive Culture Has Never Been More Important'*. Obtido em 22 de Julho de 2022, de Variety:
<https://variety.com/2020/film/news/jk-rowling-warner-bros-1234631061/>
- Ventura, A. (2020). Obtido em 4 de Junho de 2022, de Twitter:
https://twitter.com/AndreCVentura/status/1271153632755531777?ref_src=twsrc%5Etfw%7Ctwcamp%5Etweetembed%7Ctwterm%5E1271153632755531777%7Ctwgr%5E%7Ctwcon%5Es1_&ref_url=https%3A%2F%2Fobservador.pt%2F2020%2F06%2F11%2Fdescolonizacao-estatuade-padre-antonio-vi
- Vieira, J. (2017). *'Você não presta': 7 estereótipos racistas reforçados por Mallu Magalhães em clipe*. Obtido em 27 de Maio de 2022, de Vírgula:
<https://www.virgula.com.br/musica/voce-nao-presta-7-estereotipos-racistas-reforçados-por-mallu-magalhaes-em-clipe/?amp>
- Wanted in Milan. (2020). *Milan: Montanelli statue defaced with red paint*. Obtido em 4 de Junho de 2022, de Wanted in Milan: <https://www.wantedinmilan.com/news/milan-montanelli-statue-defaced-with-red-paint.html>
- Wilson, J. K. (1995). *The Myth of Political Correctness: The Conservative Attack on Higher Education* (3ª ed.). Durham: Duke University Press.
- Wurtzel, A., & Surlin, S. H. (1977). Viewer attitudes toward television advisory warnings. *Journal of Broadcasting*, p. 22.

Zakaria, F. (1997). The Rise of Illiberal Democracy. *Foreign Affairs*, 22.

Zulianello, M. (2019). Varieties of Populist Parties and Party Systems in Europe: From State-of-the-Art to the Application of a Novel Classification Scheme to 66 Parties in 33 Countries. *Government and Opposition*, 327-347.